



CPPE

Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.



EXERCÍCIO 1996

Relatório de Gestão e Prestação de Contas - 1996



CPPE

Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.

Av. Defensores de Chaves,4
1000 LISBOA

Telef.: (01) 352 53 53
Fax: (01) 353 92 72



Índice

5	Mensagem do Conselho de Administração
6	Súmula dos Factos mais Relevantes do Exercício
9	Evolução dos Principais Indicadores
13	Relatório de Gestão
14	Organigrama, Órgãos Sociais e Corpo Directivo
16	A Produção de Electricidade no Contexto Energético Nacional
17	Exploração do Sistema Electroprodutor
20	Aprovisionamento de Combustíveis
21	Actividade Comercial
23	Desenvolvimento do Sistema Electroprodutor
23	Recursos Humanos
25	Desenvolvimento dos Sistemas de Informação
27	Qualidade
27	Ambiente
29	Investigação e Desenvolvimento (I&D)/Cooperação Internacional
30	Auditoria Interna
30	Comunicação e Imagem
31	Empresas Participadas
31	Evolução Económica e Financeira
32	Despesas de Investimento
33	Gestão Financeira
34	Perspectivas para o ano de 1997
35	Proposta de Aplicação de Resultados
35	Nota Final
37	Prestação de Contas
43	Documentos de Prestação de Contas
44	Balanço Analítico em 31/12/96
46	Demonstração de Resultados em 31/12/96
49	Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados
68	Variações dos Elementos dos Fundos Circulantes
68	Mapa de Origem e Aplicação de Fundos
71	Apreciação e Certificação de Contas
73	Certificação Legal das Contas
74	Relatório e Parecer do Fiscal Único
76	Parecer dos Auditores ao Conselho de Administração
77	Extracto da Acta da Assembleia Geral



2 1 3

- 1 - Engº. Luís Filipe Lucena Ferreira - *Presidente*
- 2 - Engº. Jorge Manuel R. Soares Machado - *Vogal*
- 3 - Engº. João José Gomes de Aguiar - *Vogal*

Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 1996 foi, para a CPPE, um ano de consolidação da estrutura empresarial e de reforço da solidez financeira, apoiada no crescimento significativo e constante dos seus resultados, ao longo dos três anos de existência.

Em 1996 foi, também, o ano do relançamento da Empresa para o futuro, consubstanciado na elaboração do seu Plano Estratégico, onde se identificaram as áreas estratégicas de desenvolvimento dos negócios, que passam pela consolidação da posição da CPPE no Sistema Vinculado de Produção de Energia, e recomendam a sua participação em projectos internacionais em consonância com o Grupo EDP de que faz parte e, bem assim, a diversificação de actividades, pela entrada no mercado da cogeração.

A forte implantação da Empresa no País, com centrais hidroeléctricas e termoeléctricas instaladas em todas as regiões e a sua incidência no tecido empresarial, tanto a montante como a jusante das várias actividades produtivas, atribui-lhe uma responsabilidade social que muito valorizamos e nos leva a procurar uma cada vez maior aproximação ao meio envolvente.

No que concerne ao ambiente, manteve-se a preocupação constante de minimizar o impacto ambiental resultante da exploração das centrais, sendo de salientar a ausência de incidentes significativos e o cumprimento dos requisitos legais. Para além disso, a CPPE tem vindo a assumir uma atitude pró-activa, realizando investimentos para protecção ambiental, como é o caso da instalação de despoeiradores nas centrais de Setúbal e Carregado e a

instalação em curso na Central de Sines de novos queimadores que irão permitir uma redução de emissão de óxidos de azoto.

A elevada "performance" dos centros produtores hidroeléctricos e das centrais termoeléctricas manifestada no reforço da tendência de maximização da disponibilidade e da eficiência, vem garantindo proveitos operacionais crescentes o que, conjugados com a contenção dos custos de igual natureza que vem sendo conseguida, influencia positiva e significativamente os resultados operacionais registados que atestam o bom desempenho da Empresa.

Também o "cash-flow" gerado - crescente nos últimos três anos - é bem revelador da capacidade da Empresa para satisfazer o Serviço da Dívida, que tem vindo a ser progressivamente reduzida, e para assegurar o auto-financiamento capaz de garantir a realização dos investimentos em curso, designadamente a reconversão de 2 grupos da Central do Carregado para queima dual fuelóleo/gás natural e a construção de novos centros produtores - projectos hidroeléctricos do Baixo Sabor e de Venda Nova II, em fase de arranque.

Estas condições, a par de uma maior atenção à qualificação e motivação dos recursos humanos da empresa e de uma simplificação de processos administrativos, de informatização dos serviços e de uma clara aposta na qualidade, levam-nos a considerar o ano findo como globalmente positivo, fruto da competência, dedicação e empenho de todos aqueles que trabalham na Empresa e com os quais contamos para projectar o futuro.



Súmula dos Factos mais Relevantes do Exercício

1. Situação Económico-Financeira

- Reforçou-se em 1996 a boa situação económica-financeira, na esteira dos anos anteriores, conforme comprova a evolução dos seguintes indicadores em milhões de contos:

	1994	1995	1996
Resultado operacional	84,8	83,2	88,5
Resultado líquido	9,3	13,5	21,6
Cash flow	49,3	64,5	75,1

2. Enquadramento Institucional e Relações Empresariais

- Aprovada pelo Parlamento Europeu, em Dezembro, a Directiva Europeia sobre o mercado interno da electricidade, que vem introduzir novas regras de funcionamento no sentido de o tornar mais concorrencial e competitivo.
- Aprovado o financiamento, no âmbito do Programa Energia, do projecto de reconversão para queima de gás natural dos grupos V e VI do Carregado.
- Em finais de Setembro foram concluídas as negociações com a Rede Eléctrica Nacional-REN,SA e assinadas as versões definitivas dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) das centrais térmicas e hidroeléctricas.
- Em Dezembro foi assinado entre a CPPE e a HIDRORUMO um contrato de prestação de serviços relativo ao projecto do reforço de potência do Aproveitamento de Venda Nova.
- Celebrados com a PROET vários contratos de prestação de serviços, sendo de destacar os referentes à revitalização e reconversão para queima dual fuelóleo/gás

natural dos Grupos V e VI do Carregado e a instalação de novos queimadores no Grupo II de Sines, para redução das emissões de óxido de azoto.

3. Actividade e Desenvolvimento da Empresa

- Em 26 de Março foi inaugurado, pelo Senhor Primeiro Ministro, o reforço de potência do Aproveitamento de Miranda, com a presença de outros Membros do Governo e representantes de diversas entidades públicas e privadas e Membros dos Conselhos de Administração da Holding, da CPPE e de outras empresas do Grupo EDP.
- Suspensão das obras do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz-Côa na sequência da Resolução do Conselho de Ministros 4/96, de 17 de Janeiro. Foi entretanto assinado em 12 de Abril o acordo de resolução do contrato com o consórcio SOMAGUE/MSF/DUMEZ/ AGROMAN.
- No quadro da mesma resolução foi atribuída à CPPE a responsabilidade pelo desenvolvimento do Empreendimento do Baixo Sabor, tendo sido já iniciados os trabalhos de reconhecimento geológico e geotécnico e o estudo preliminar de impacte ambiental, com vista à decisão da solução técnica e de localização a considerar no projecto-base.
- Iniciado também o projecto do reforço de potência do Aproveitamento de Venda Nova - Venda Nova II - na sequência dos estudos de planeamento efectuados, tendo sido já concluído o Estudo Prévio, em que foram definidos os novos traçados

do circuito hidráulico e do túnel de acesso à Central, e iniciadas as obras preliminares com os trabalhos de sondagens e de reconhecimento geológico.

- Nos dias 27 de Fevereiro e 20 de Janeiro foram atingidas, respectivamente, as maiores ponta e produção diária de sempre do parque hidroeléctrico : 3 687 MW e 81 GWh.
- Adjudicado o fornecimento para a transformação para queima de baixo teor de NOx do primeiro gerador de vapor da Central de Sines, a ter lugar em 1997, no âmbito do programa de redução de emissões, assumido pela CPPE.
- Iniciados os trabalhos de revitalização e conversão dos grupos V e VI da Central do Carregado para queima dual de fuelóleo/gás natural.
- Levado a cabo o projecto "Concertos com Ambiente" em diversas cidades do país em que se pretendeu associar a música à problemática da protecção do meio envolvente e dar relevo às preocupações ambientais da CPPE.
- Realizada a 1ª actividade "outdoor" da CPPE, com a participação de 120 quadros superiores e com uma adesão e envolvimento que justificam e potenciam a sua continuação.
- Iniciada a utilização em algumas instalações da Empresa da base de dados do Sistema de Qualificação de Fornecedores (SQFS), prevendo-se para 1997 a sua disponibilização em rede, de forma gradual, nas diversas centrais e centros de produção.

4. Plano Estratégico da Empresa

No documento de síntese da Reflexão Estratégica, concluída em Setembro, foram estabelecidas as orientações estratégicas a seguir pela Empresa bem como o seu impacto nos resultados futuros e no valor da CPPE. O objectivo fundamental do Plano Estratégico é o de, no quadro da liberalização do Sector Eléctrico na Europa e em Portugal, que a directiva europeia irá impulsionar e do qual resultará um acréscimo da concorrência no Sector, definir a missão da Empresa, estabelecer uma visão estratégica para o horizonte 2010 e quantificar a respectiva valorização económico-financeira.

A elaboração do Plano estratégico desenvolveu-se ao longo de três etapas fundamentais. Na primeira foi realizado o diagnóstico da posição competitiva da CPPE através de um aprofundado estudo de "benchmarking". Na segunda estabeleceram-se as grandes linhas de orientação estratégica, concretizadas em planos de acção de horizonte plurianual. Na terceira etapa validaram-se os resultados apurados através da realização de duas experiências-piloto nas áreas operativas da Empresa, uma na Central Termoeléctrica de Setúbal e outra no Centro de Produção do Cávado-Lima.

Nestas experiências-piloto pode verificar-se que, na Produção Térmica, é possível a realização de acções de melhoria nos sectores da operação e da manutenção. No que se refere à operação, há que motivar as equipas de condução para melhorar o rendimento do grupo, reduzir o consumo de combustíveis e o impacto ambiental. Na manutenção há que procurar alargar os ciclos de revisões dos grupos e reduzir



algumas intervenções sistemáticas por contrapartida, fundamentalmente, do crescimento da manutenção predictiva. No que respeita à Produção Hidráulica, as duas áreas fundamentais de melhoria identificadas, foram a reorganização da manutenção electromecânica e a implementação do futuro telecomando centralizado.

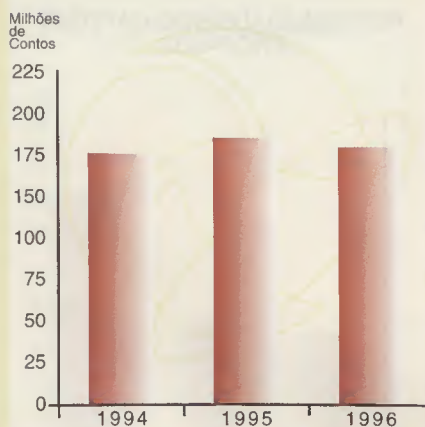
Posteriormente à elaboração do Plano Estratégico deu-se início à extensão aos

restantes Centros de Produção e Centrais da Empresa da metodologia utilizada nas experiências-piloto acima citadas.

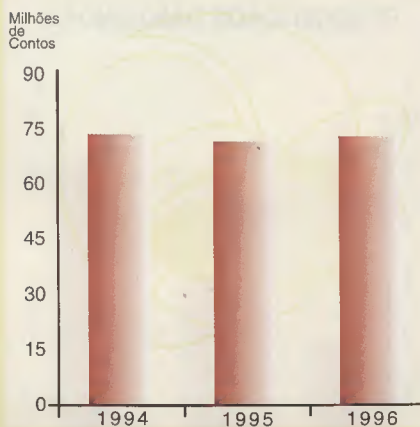
Espera-se assim que, num horizonte de médio prazo, a Empresa esteja dotada dos instrumentos necessários para competir com sucesso nos concursos para a construção e exploração de novas centrais e, simultaneamente, capaz de enfrentar a concorrência do Sistema Eléctrico Independente.

Evolução dos Principais Indicadores

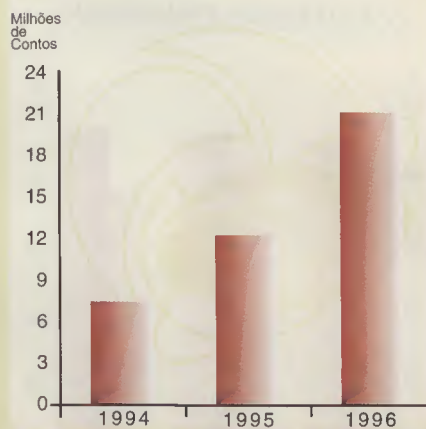
VENDAS



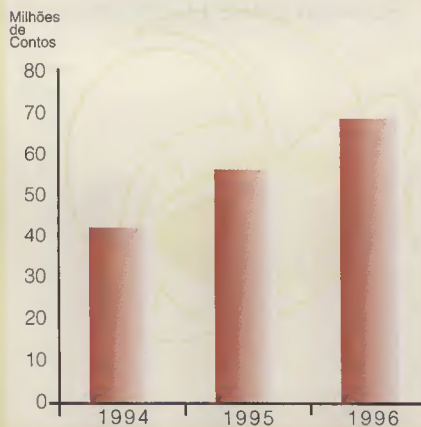
RESULTADOS OPERACIONAIS



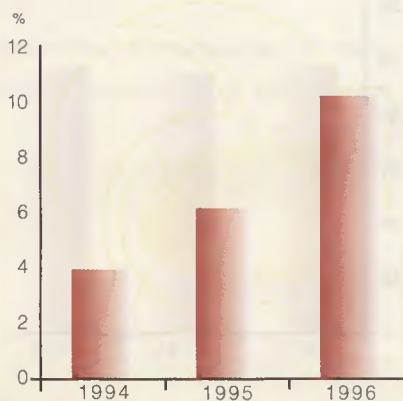
RESULTADO LÍQUIDO



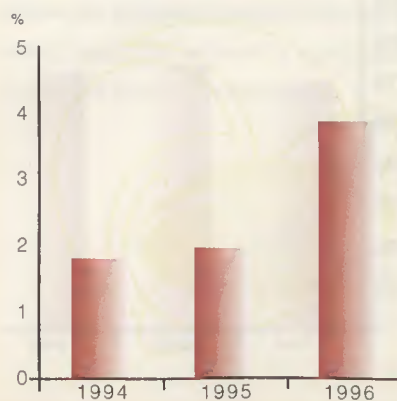
CASH-FLOW



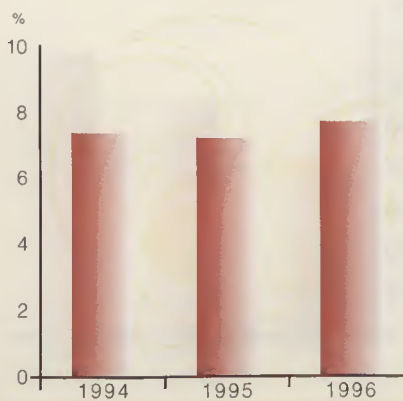
RENDIBILIDADE DAS VENDAS



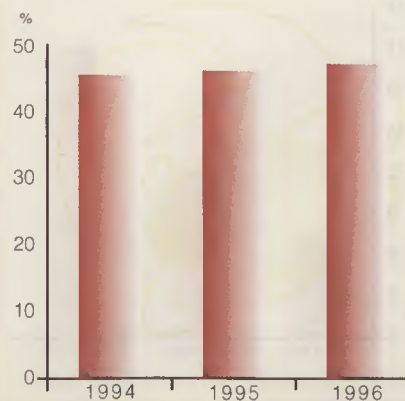
RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS



RENDIBILIDADE ECONÓMICA

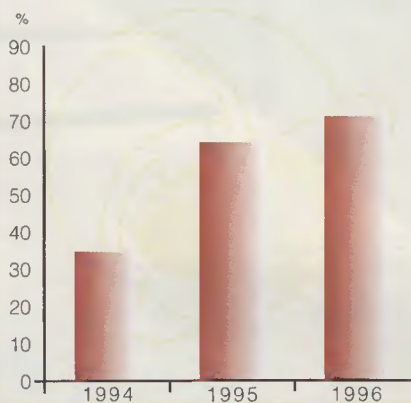


AUTONOMIA FINANCEIRA

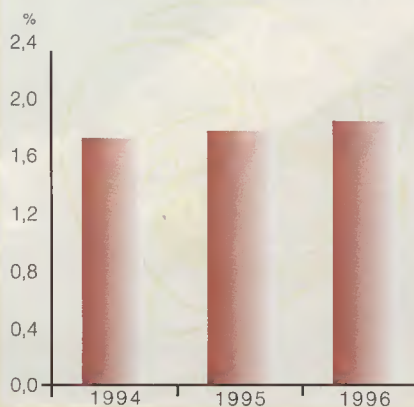




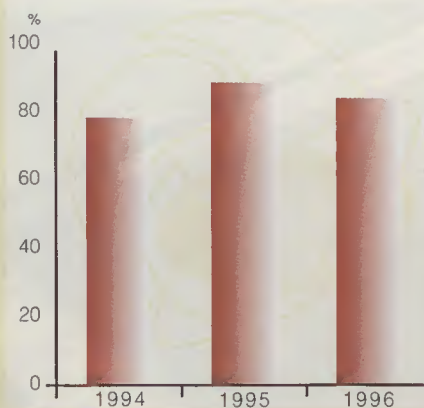
LIQUIDEZ GERAL



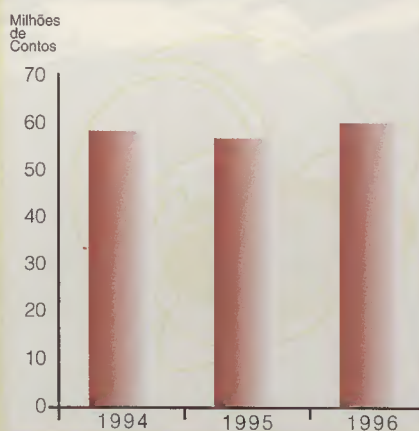
SOLVABILIDADE TOTAL



COBERTURA DO IMOBILIZADO



VAB PER CAPITA





Relatório de Gestão

Nome do Responsável: _____ Data: _____

Assunto: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assunto: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

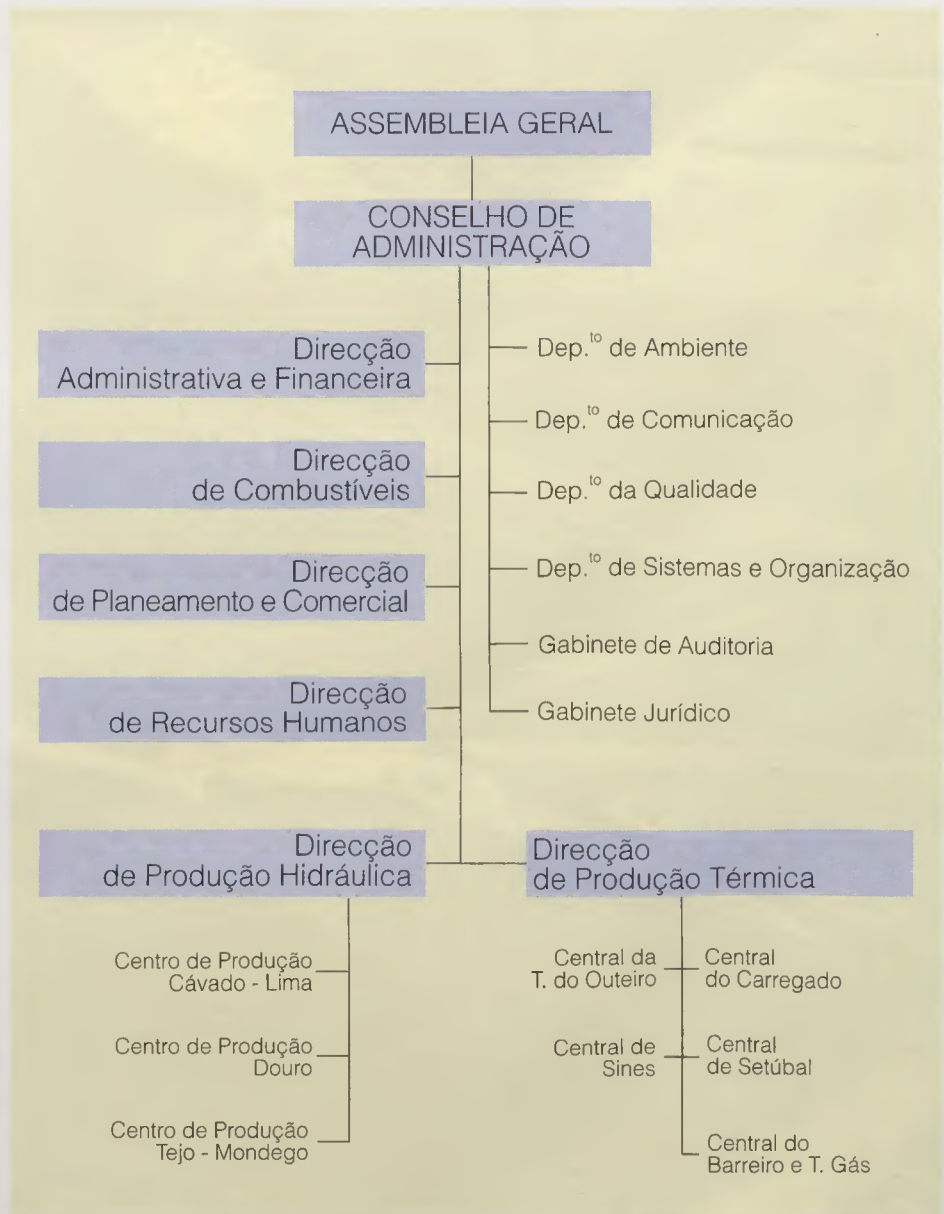
Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____



ORGANIGRAMA, ÓRGÃOS SOCIAIS E CORPO DIRECTIVO



Mesa da Assembleia Geral

Eng.º Hernâni Martins Verdelho
Presidente

Eng.º Manuel Joaquim Oliveira
Vice-Presidente

Eng.º Vasco Duarte Rodrigues
Secretário

Conselho de Administração

Eng.º Luís Filipe Lucena Ferreira
Presidente

Eng.º Jorge Manuel Ribeirinho
Soares Machado
Vogal

Eng.º João José Gomes de Aguiar
Vogal

Órgão de Fiscalização

A. Gândara & J. Monteiro
ROC Efectivo

J.Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção
ROC Suplente

Direcções, Gabinetes e Departamentos

Direcção Administrativa e Financeira (DAF)
Dr. Adalberto Fernando da Cunha

Direcção de Combustíveis (DCB)
Eng.º Duarte Manuel Vasconcelos Costa

Direcção de Planeamento e Comercial (DPC)
Eng.º António Jorge Flores Vasquez

Direcção de Produção Hidráulica (DPH)
Eng.º Téc. Francisco da Rocha e Silva

Direcção de Produção Térmica (DPT)
Eng.º Luís Silva Carrilho

Direcção de Recursos Humanos (DRH)
Eng.º João José Saraiva Torres

Gabinete de Auditoria (GAD)
Dr. José Martins da Rocha

Gabinete Jurídico (GJR)
Avogado pelo Assessor do CA
Dr. Henrique Ferreira de Carvalho

Departamento de Ambiente (DPAB)
Dr.ª Maria Guadalupe Lança Madeira

Departamento de Comunicação (DPCM)
Dr. Salvador Carlos Cruz Peres

Departamento da Qualidade (DPQL)
Eng.º José Pina e Silva

Departamento de Sistemas e Organização (DPSO)
Eng.º Carlos Gonçalves Oliveira

Director da Central da Tapada do Outeiro
Eng.º Arlindo de Sousa Rodrigues

Director da Central do Carregado
Eng.º Téc. João Maria Carvalho Rodrigues

Director da Central do Barreiro e T. Gás
Eng.º Fernando Álvaro Rodrigues Pereira

Director da Central de Setúbal
Eng.º Rui Mendes André

Director da Central de Sines
Eng.º Carlos Luis Almeida Pereira

Director do Centro de Produção Cávado -Lima
Eng.º Téc. Cipriano Sousa Serrenho

Director do Centro de Produção Douro
Eng.º António Carlos Peito Monteiro

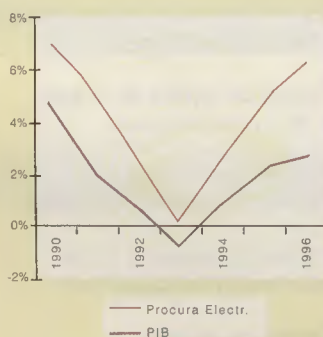
Director do Centro de Produção Tejo-Mondego
Eng.º Téc. Maximiano Mendes Teles Menezes

A PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE NO CONTEXTO ENERGÉTICO NACIONAL

Em 1996, a economia portuguesa deu continuidade à recuperação da actividade produtiva, com impacto no crescimento da procura de electricidade.

O consumo de electricidade referido à emissão, na rede pública, acentuou a sua tendência de crescimento, atingindo no ano o valor de 30 884 GWh, com um crescimento de 5,5%, contra 4,7% no ano anterior. Por sua vez, o consumo total do Continente (consumo final, incluindo consumos dos pequenos produtores independentes) progrediu cerca de 6% em 1996, enquanto que, em 1995, terá crescido 5,6%, mantendo assim acréscimos superiores ao do nível de actividade económica, como se pode verificar no gráfico abaixo.

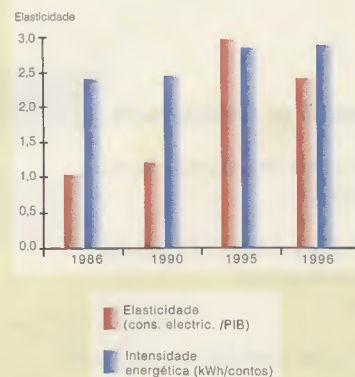
EVOLUÇÃO DA PROCURA DE ELECTRICIDADE E DO PIB EM VOLUME



Consequentemente, a elasticidade da procura de electricidade em relação ao PIB foi de 2,14 contra 2,9 registada em 1995. De facto, as elasticidades apresentadas no gráfico seguinte, denotam, para qualquer dos anos, valores superiores à unidade, o que

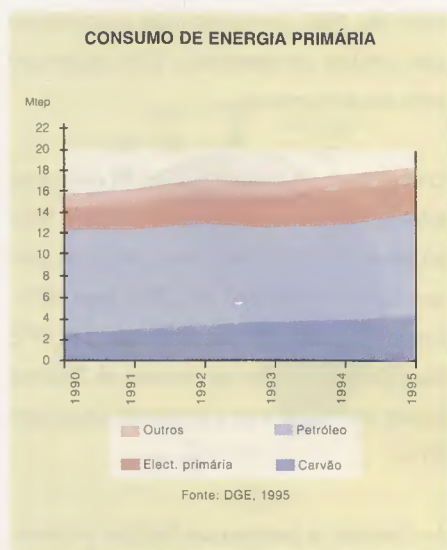
significa taxas de crescimento da procura de electricidade mais elevadas do que as do PIB em volume.

INDICADORES ENERGÉTICO-ECONÓMICOS

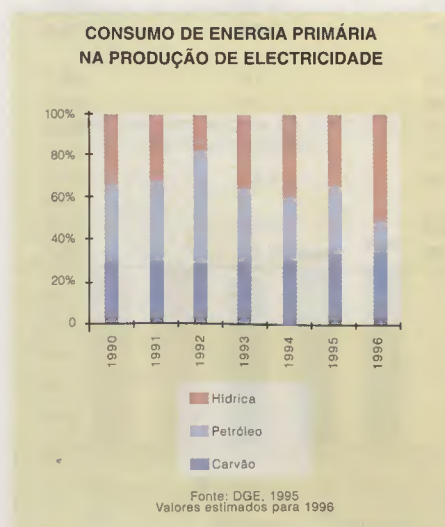


Contrariamente à tendência registada, a nível mundial, para a diminuição da intensidade energética relativamente ao PIB, cuja evolução, no período 1990-94 terá sido de menos 1,2% ao ano, em Portugal a energia consumida por unidade monetária de PIB tem vindo a crescer, em média, cerca de 3% ao ano.

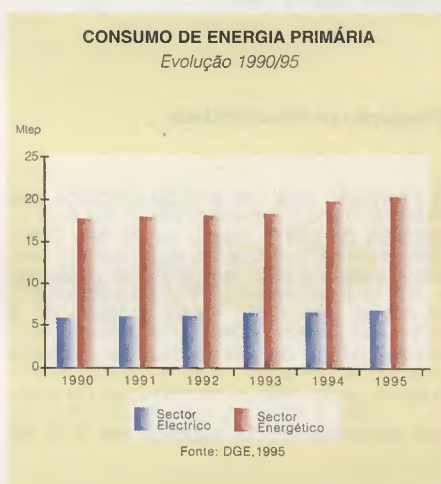
Muito embora a participação do petróleo no sector energético português seja preponderante, tem-se assistido a um ligeiro acréscimo gradual, do peso do carvão no consumo de energia primária desde 1990, conforme se mostra no gráfico seguinte. Verifica-se, também, que a electricidade primária - produzida em centrais hidroeléctricas, eólicas e geotérmicas, excluindo portanto a electricidade produzida em centrais termoeléctricas convencionais - contabilizada pela equivalência na produção (1GWh = 223 tep) - é muito sensível à hidraulicidade anual.



No que respeita ao sector eléctrico, observa-se, igualmente, a tendência para o aumento do consumo de carvão até 1995. O ano de 1996 foi marcado por uma hidraulicidade significativamente acima da média, especialmente no primeiro semestre, tendo o consumo de carvão para a produção de electricidade diminuído cerca de 7%, enquanto que o consumo de fuelóleo registou uma diminuição muito mais significativa, cerca de 56%.



No gráfico seguinte compara-se a evolução do consumo de energia primária para a produção de electricidade com a evolução do consumo total de energia primária do sector energético nacional. Repare-se que o consumo para a produção de electricidade registou, no período de 1990 a 1995, um crescimento mais lento do que o consumo total de energia primária.



EXPLORAÇÃO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR

A potência total instalada no sistema electroprodutor da CPPE ascendia, no final de 1996, a 7238 MW, não tendo sofrido qualquer alteração em relação ao ano anterior. Desta forma, mantém-se inalterada a potência no parque térmico com o valor de 3555 MW, bem como no parque hidroeléctrico com o valor de 3684 MW e com uma produtividade média anual de 10,8 TWh.

A potência máxima solicitada ao sistema produtor da CPPE ocorreu no dia 31 de Janeiro e atingiu 5088 MW, ou seja, mais 10,4% do que o valor registado em 1995.

As afluências acumuladas aos aproveitamentos hidroeléctricos foram superiores em 26% à média das últimas décadas. De notar que, em 1995, este mesmo indicador terá ficado 27% abaixo daquele referencial. O armazenamento de energia no conjunto das albufeiras da CPPE totalizava, no final do ano, 1542,5 GWh, correspondente a 63,8% da capacidade de pleno enchimento, valor que é inferior em 5,5 pontos percentuais aos de 1995.

Produção de Electricidade

A produção total de energia eléctrica das centrais da CPPE atingiu os 25 364 GWh, valor este superior em 0,7% à produção registada em 1995. Dado o facto de a hidraulicidade do ano ter sido francamente superior à de 1995, a contribuição do sistema hidroeléctrico foi superior em 77% ao

valor de 1995, enquanto que o contributo das centrais térmicas ficou 32% aquém do valor do ano anterior.

O contributo do parque hídrico na produção total da CPPE, aumentou de 30% para 53% no biénio de 1995-1996, enquanto o do parque térmico diminuiu de 70% para 47%. Cerca de dois terços da produção da CPPE em 1996 advém dos contributos do Sistema Douro com 32% e da Central de Sines com 35%.

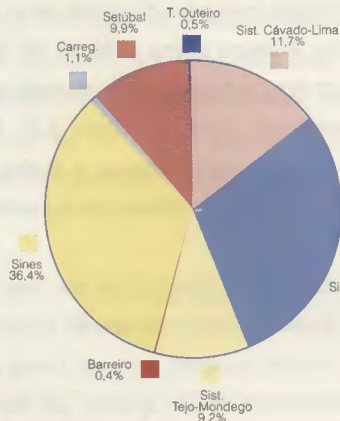
As Centrais a fuelóleo de Setúbal e Carregado que, no seu conjunto, asseguraram em 1995 cerca de 28% da produção representaram em 1996, apenas 11% da produção total da CPPE.

Nestas circunstâncias, os custos com combustíveis foram 33% inferiores ao valor de 1995.

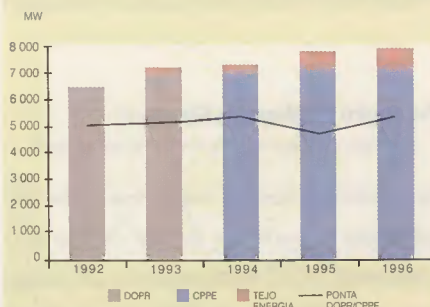
Produção de Electricidade

DESIGNAÇÃO	1995	1996	Variação %
Centros de Produção Hidroeléctricos:			
CL-Sistema Cávado-Lima	2 686	2 971	10,6
DR-Sistema Douro	4 006	8 052	101,0
TM-Sistema Tejo-Mondego	875	2 338	167,2
Parque Hídrico	7 567	13 360	76,6
Centrais Térmicas:			
TO-Tapada do Outeiro	274	115	-58,1
CG-Carregado	1 398	277	-80,2
BR-Barreiro	281	113	-59,6
SB-Setúbal	5 519	2 521	-54,3
SN-Sines	10 148	8 977	-11,5
TG-Turbinas a Gás	1	1	-1,0
Parque Térmico	17 622	12 004	-31,9
TOTAL CPPE	25 189	25 364	0,7

PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE Estrutura



PARTICIPAÇÃO DA CPPE NA POTÊNCIA INSTALADA NO SISTEMA

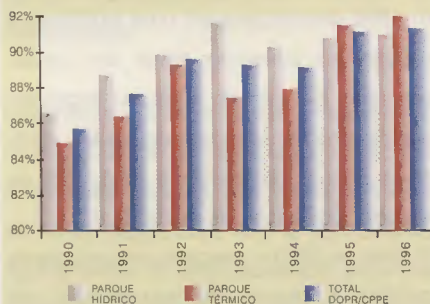


Embora não tenha havido modificação na potência instalada, verificou-se uma descida da quota da produção da CPPE no sistema electroprodutor nacional, que foi da ordem de 78,8%, devido a um aumento das contribuições da Tejo - Energia, dos pequenos produtores independentes e das "empresas embebidas" da rede de distribuição - Grupo EDP.

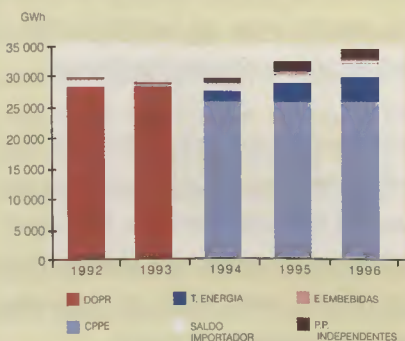
A taxa de disponibilidade, para o conjunto das centrais que compõem o sistema electroprodutor da CPPE, ascendeu a 91,5%, o que representa um valor absoluto extremamente positivo e uma melhoria de 0,2 pontos percentuais relativamente a 1995.

Os gráficos seguintes mostram as evoluções da contribuição da CPPE para a energia produzida em sistema vinculado e para a satisfação da potência máxima - "ponta".

DISPONIBILIDADE DO SISTEMA PRODUTOR



PARTICIPAÇÃO DA CPPE NA PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE



O consumo específico médio de combustível, ao nível da emissão, conheceu andamento algo desfavorável, passando de 9,70 MJ/kWh em 1995 para 9,85 em 1996, em resultado de condições mais adversas na exploração do parque térmico, em particular na Central de Sines. Com efeito assistiu-se, nesta Central, a um maior número de

arranques dos grupos, e a grandes oscilações nos regimes de exploração dos mesmos, devido às elevadas afluências verificadas no início do ano.

Produção de Vapor e Cinzas

Os fornecimentos de vapor para clientes industriais a partir da central do Barreiro totalizaram 515 kt, representando um acréscimo de 19,2% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas de cinzas volantes da Central de Sines foram de 276 kt, menos 3,2% do que em 1996, decorrente da menor produção da central.

APROVISIONAMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Carvão

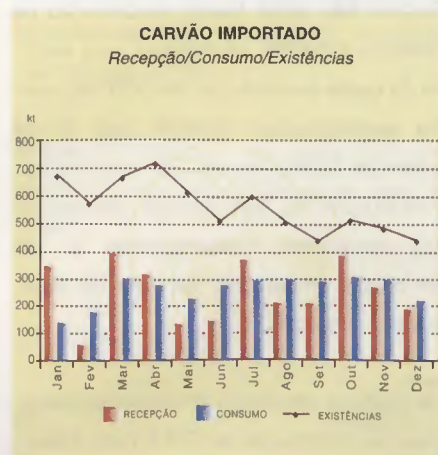
As boas condições hidrológicas ocorridas em 1996 proporcionaram uma significativa redução no consumo anual de carvão importado. Em vez do consumo esperado no início de ano da ordem de 3,4 Mt, verificou-se apenas um consumo de 3,1 Mt, ou seja uma diminuição de cerca de 8%.

Em final de 1995 o mercado encontrava-se equilibrado, depois da recuperação da grande baixa de 93-94, pelo que os preços negociados para 1996 se situaram sensivelmente ao nível do ano anterior. Em meados do ano o mercado desceu, em reflexo da menor procura e algum excesso de oferta, para subir novamente no último trimestre com a retoma da procura na Europa.

O custo CIF do carvão importado em 1996 foi de 48,7 USD/tec, mais 0,6% do que no ano anterior. Este custo CIF reparte-se em

85% para o carvão e 15% para o transporte marítimo. O "cabaz" manteve-se centrado nos principais mercados mundiais, América do Norte, América Latina e África do Sul, mas com alguma transferência do mercado norte-americano para os outros dois. No gráfico seguinte representa-se a evolução mensal de recepção, consumos e existências.

Apesar da relativa estabilidade dos mercados de origem, o custo do carvão importado, em moeda nacional, cresceu cerca de 3% relativamente ao ano anterior, por efeito cambial, situando-se em 7,9 contos/t.

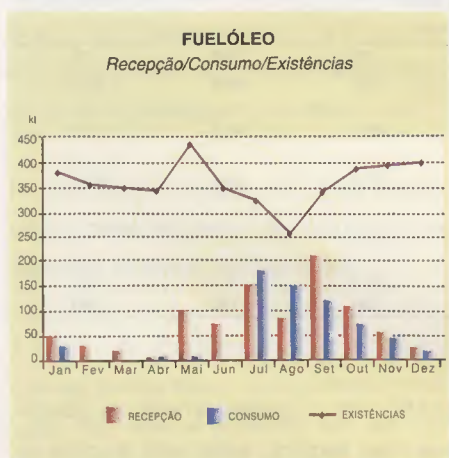


Fuelóleo

Em 1996 o consumo de fuelóleo foi somente de 738 kt, cerca de metade do que havia sido previsto antes da ocorrência das já referidas boas condições hidrológicas.

Infelizmente o consumo verificou-se concentradamente na segunda metade do ano, quando o mercado começou a subir significativamente, em reflexo das crises do Golfo e da Rússia, assim como das aquisições para armazenamento de inverno.

Verificou-se pois um aumento de cerca de 12,5 USD/t no preço CIF de importação relativa a 1995, que se situou em média anual nos 109 USD/t. A este agravamento adicionou-se o efeito da subida do dólar, pelo que, em termos de moeda nacional, o custo do fuelóleo importado foi de 16,9 contos/t.



Transporte Marítimo

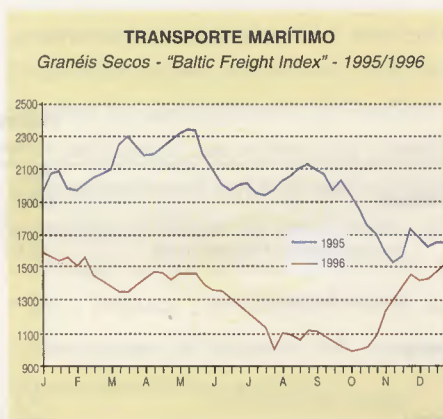
Nos primeiros nove meses do ano o mercado de transporte marítimo de carvão caracterizou-se pela continuação da tendência de descida iniciada no último trimestre do ano anterior.

No último trimestre verificou-se a retoma do mercado, tal como evidenciada na evolução do "Baltic Freight Index".

Embora o ritmo de construção de navios novos tenha continuado elevado em 1996, a baixa dos fretes conduziu à demolição de cerca de 50 navios, o que, conjugado com uma ligeira subida da procura, levou ao reequilíbrio do mercado no final do ano.

Cerca de 68% do carvão adquirido pela CPPE foi transportado ao abrigo de contratos a prazo de preço fixo e 32% em contra-

tos com preços de ocasião. O preço médio do transporte marítimo de carvão importado foi de 8,0 USD/t, contra 8,4 USD/t em 1995, reflectindo a baixa verificada no mercado.



ACTIVIDADE COMERCIAL

Em Setembro de 1996, foram assinadas as versões definitivas dos Contratos de Aquisição de Energia relativos aos 25 aproveitamentos hidroeléctricos e às 7 centrais termoeléctricas.

Decorrente da experiência resultante de mais de um ano de relacionamento técnico-comercial baseado nos Contratos-Promessa, foram negociados com a REN diversos ajustamentos do seu clausulado, para uma melhor adequação aos objectivos perseguidos, e aos procedimentos que entretanto se revelaram mais convenientes. Foram ainda revistas situações em que era possível optimizar os recursos disponíveis e resolvido um conjunto de questões sensíveis e de impacto relevante no desempenho da Empresa:

- novos mecanismos de remuneração do carvão para a Central de Sines;

- alteração das datas de descomissionamento da Central da Tapada do Outeiro;
- actualização dos encargos de operação e manutenção;
- inclusão de investimentos extraordinários

relativos a situações específicas, num quadro de princípios que se estabeleceu para a resolução futura deste tipo de situações.

Durante o ano de 1996 foi atingido um volume de vendas de 194 milhões de contos assim repartidos:

Facturação à REN (milhões de contos)				
	1995	%	1996	%
Potência	147,1	73,2	155,3	80,9
Aproveitamentos Hidroeléctricos	81,6	40,6	86,5	45,1
Centrais Termoeléctricas	65,5	32,6	68,8	35,8
Energia				
Centrais Termoeléctricas	54,1	26,8	36,7	19,1
TOTAL	201,2	100	192	100

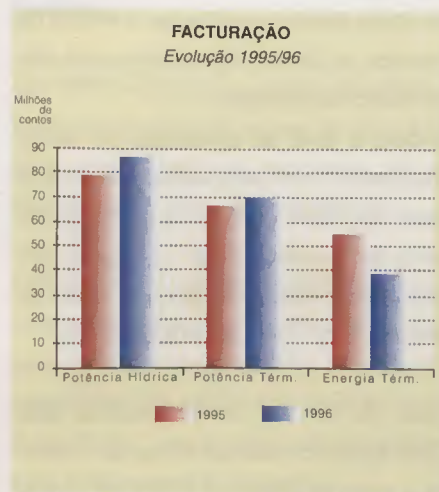
Em relação ao ano anterior a variação mais relevante ocorreu na parcela relativa aos Encargos de Energia, com uma diminuição significativa justificada pela menor produção de energia de origem térmica.

No quadro da reconversão da central do Carregado para a queima dual de fuelóleo/gás natural, foram dados passos importantes para o estabelecimento das necessárias relações contratuais com a TRANSGÁS e a REN, estando em curso as negociações relativas ao contrato de fornecimento de gás natural e à adequação do CAE da Central para as novas potencialidades dos grupos V e VI.

Ficaram também mais clarificados os condicionamentos que resultam para a CPPE, decorrentes da decisão governamental em relação à suspensão da construção do Aproveitamento de Foz Côa.

Prosseguiu o desenvolvimento do Sistema de Informação do Mercado de Energia

(SIME) com o estabelecimento de objectivos mais seguros, tendo sido lançada no final do ano a primeira fase do plano de formação de utilizadores e a instalação de algumas estações de trabalho. Estando já em serviço a telecontagem, espera-se que no primeiro trimestre de 1997 ocorra a entrada em serviço do SIME-Settlement nas centrais de Setúbal e Sines.



DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR

A potência instalada no sistema electroprodutor da CPPE não sofreu qualquer alteração em 1996.

Na sequência da interrupção dos trabalhos do aproveitamento do Foz Côa, foi decidido avançar com estudos prévios da 2ª fase do empreendimento de Venda Nova, bem como do Aproveitamento do Baixo Sabor.

No final do ano estavam em curso, conhecendo diferentes fases de maturação, os seguintes projectos hidroeléctricos:

- reforço de potência do Aproveitamento de Venda Nova, com potência total de 182 MW e entrada em serviço

industrial prevista para 2002.

- Aproveitamento do Baixo Sabor, com 150 MW de potência instalada e entrada em serviço industrial prevista a partir de 2005;

De destacar também a retoma em 1996 dos trabalhos no Aproveitamento de Fins Múltiplos de Alqueva, que embora não fazendo parte do património da CPPE, será por esta explorado ao abrigo de um contrato de exploração com a empresa proprietária, a EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, SA, que se espera seja em breve assinado.

No quadro seguinte apresentam-se as características principais destes três projectos hidroeléctricos:

Instalação	Curso de Água	Tipo de Aproveitamento	Número de Grupos	Potência (MW)	Produtibilidade Média Anual (GWh)
Venda Nova II	Rabagão	Albufeira	2 (reversíveis)	182	130
Baixo Sabor	Sabor	Albufeira	2 (reversíveis)	150	263
Alqueva	Guadiana	Albufeira	2 (reversíveis)	240	350

Ainda em termos de evolução do sistema electroprodutor, é de referir a Reconversão dos Grupos V e VI do Carregado para queima dual fuelóleo/gás natural.

Este projecto está em pleno desenvolvimento, tendo sido concluídas as principais especificações de remodelação e adjudicados os principais fornecimentos, devendo os grupos entrar em serviço industrial em 1 de Outubro de 1997.

RECURSOS HUMANOS

A Política de Recursos Humanos desenvol-

vida, em 1996, consubstanciou-se num conjunto de acções que tiveram subjacentes os seguintes objectivos fundamentais:

- Ajustamento dos recursos humanos às necessidades da Empresa através de uma adequada política de admissões selectivas; de formação e reconversão profissional; de movimentação interna; de estágios profissionais e de reformas;
- Aprofundamento da componente motivacional e social junto dos trabalhadores, através da evolução de carreiras, da distribuição de resultados e do prémio de avaliação de desempenho;

- Análise e ajustamento organizacional visando a introdução de maior flexibilidade na organização, de novos procedimentos e de métodos e processos, bem como a definição de novas funções e seu enquadramento; e
- Reforço das acções relacionadas com a saúde e a prevenção e segurança apostando, essencialmente, em acções preventivas, quer na medicina no trabalho e nas condições de trabalho, quer nas auditorias de segurança.



Em 1996 realizaram-se, pela primeira vez, a título experimental para Quadros, actividades outdoor na região de Tomar, que constituíram, não só momentos de desporto ao ar livre e de convívio, mas também de identificação e assumpção da cultura da empresa.

Já no final do ano, deu-se início, - em colaboração com o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência do Ministério da Saúde - a um programa de prevenção da toxicodependência em meio industrial.

No final do exercício, integravam o Quadro da Empresa 2152 trabalhadores, sendo 2129 do Quadro Permanente e 23 Contratados a Termo. Relativamente ao ano anterior verificou-se uma redução de 27 trabalhadores, cerca de 1,2%, resultante de 112 saídas por reforma, transferência, rescisão por mútuo acordo e falecimento, e 85 entradas, sendo 50 por admissões do exterior e 35 transferência de outras Empresas do Grupo EDP. No final do ano, a distribuição por Categorias Profissionais era a que consta do quadro evolutivo abaixo:

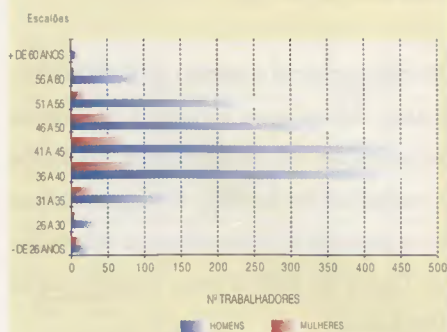
Categorias Profissionais - Quadro Evolutivo 1994/96

1994			1995		1996	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Categorias Profissionais						
Directores/Chefias Superiores	37	1,6	40	1,8	39	1,8
Quadros Superiores	277	12,3	297	13,6	321	15,0
Quadros Médios	134	6,0	128	5,9	117	5,4
Chefias de Secção	28	1,2	26	1,2	26	1,2
Prof. Altamente Qualificados	625	27,9	675	31,0	674	31,3
Profissionais Qualificados	659	29,4	594	27,3	572	26,6
Prof. Semi-Qualificados	423	18,9	372	17,1	356	16,6
Prof. não Qualificados	61	2,7	47	2,2	47	2,1
TOTAL	2244	100,0	2 179	100,0	2 152	100,0

No que concerne à Estrutura Etária verifica-se, em 1996, tal como no ano precedente, que a faixa de idades entre os 36 e os 45

anos agrega 51% dos efectivos, e dos restantes, 38% têm mais de 45 anos e 11% menos de 36, como se mostra no gráfico seguinte:

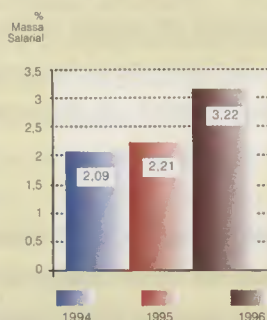
ESTRUTURA ETÁRIA



Formação

Durante o ano levaram-se a efeito 477 acções de formação, frequentadas por 1880 formandos e perfazendo 10 035 dias de formação. O gráfico seguinte mostra a evolução da taxa de esforço financeiro nos últimos 3 anos.

TAXA DE ESFORÇO FINANCEIRO



Especial esforço foi feito em acções específicas referentes a Controlo de Processos Industriais, Operação de Centrais Térmicas, Regulação de Velocidade de Turbinas, Comando Industrial, Sistema de Informação do Mercado de Energia e Formação em Gestão - Mestrados e Programas de Direcção e Alta Direcção de Empresas.

Prevenção e Segurança

Com excepção do Índice de Gravidade Total, influenciado negativamente por dois acidentes mortais resultantes de quedas, a baixa frequência dos acidentes incapacitantes verificados durante o ano é responsável pela manutenção dos restantes índices em valores considerados favoráveis.

ÍNDICE DE FREQUÊNCIA Evolução 1990/96



A evolução positiva que se vem verificando nos últimos anos está associada a um conjunto de acções de prevenção contra acidentes de trabalho e doenças profissionais de que sobressaiem as auditorias de segurança, os Planos de Emergência e de Segurança das instalações industriais e a realização das jornadas de sensibilização à segurança nas centrais térmicas e à segurança rodoviária.

DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Atenta ao valor estratégico da informação, à sua crescente importância na tomada de decisão a todos os níveis e à sua influência decisiva na competitividade da Empresa,

continuou elevada a actividade no desenvolvimento e modernização dos Sistemas de Informação.

No domínio da Informação Científica e Técnica a CPPE aderiu em 1996 ao projecto SIIE - Sistema Integrado de Informação Especializada, que abrange todo o Grupo EDP, visando a compatibilização de todas as empresas no que concerne à gestão e difusão da documentação desta natureza.

No âmbito da função Organização, para além de acções de modernização e harmonização de métodos e processos em diversas áreas e unidades orgânicas da Empresa, deu-se início a um processo de actualização de designações e codificações de artigos de consumo corrente de armazém, que responde ao desenvolvimento tecnológico e consequente alteração de normas ocorrido desde a implementação do sistema SIGAP. Importa igualmente realçar o lançamento em 1996 de um trabalho de análise organizativa visando a globalidade da Empresa, em fase adiantada de execução, que culminará na edição do Manual de Estrutura Orgânica da CPPE, previsto para 1997.

Concluiu-se a expansão do Correio Electrónico a todas as instalações da Empresa, e iniciou-se a sua interligação a idênticos sistemas de outras empresas do Grupo, ao mesmo tempo que se desenvolveram estudos com vista à modernização da base tecnológica de suporte a este serviço. Referese ainda a adesão da CPPE à Internet, bem como o arranque de estudos visando o aproveitamento de conceitos e soluções técnicas oriundas deste universo, que se

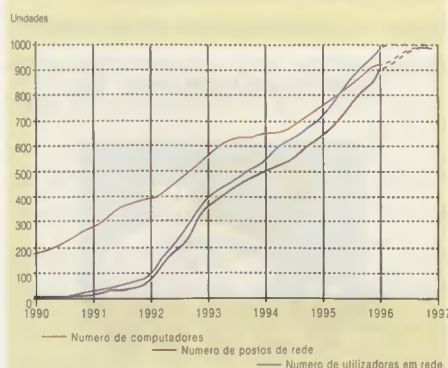
traduzirá em 1997 pela implementação da rede IntraNet CPPE.

No que concerne à Gestão do Parque Informático deu-se forte impulso à política de actualização de equipamentos, traduzida na substituição dos PC's de características ultrapassadas e na remodelação das Redes de Dados do edifício sede e da Produção Hidráulica.

No âmbito dos sistemas e projectos específicos destacam-se as novas realizações mais significativas:

- GIM (Gestão Integrada da Manutenção) - Adjudicação do desenvolvimento do interface com o sistema SIGAP;
- SQFS (Sistema de Qualificação de Fornecedores de Serviços) - Concluída a implementação do módulo de pré-qualificação e sua colocação em serviço no Departamento da Qualidade e nas Estruturas de Apoio das Direcções de Produção da Empresa;
- GIP (Gestão Integrada da Produção) - Adjudicação de estudo preliminar com vista à implementação de um sistema de apoio à decisão, na DPT, que incluía indicadores de gestão para as áreas funcionais de operação, manutenção, ambiente, económica e de recursos humanos;
- GPInfo (Sistema de Informação de Gestão da Produção) - Migração da DPH para o sistema de desenvolvimento Oracle/WindowsNT, com instalação de servidores dedicados e ferramentas CASE;

REDE CPPENET - Evolução 1990/96



QUALIDADE

Tendo em vista a melhoria da gestão pela qualidade e da competitividade da Empresa, institucionalizou-se a utilização regular da metodologia da Auto-avaliação da Qualidade. De acordo com o modelo europeu de excelência do negócio da EFQM, realizaram-se acções de formação nesta mesma metodologia, envolvendo cerca de uma centena de colaboradores e elaborou-se um plano geral de actuação com orientações para a realização de nova acção de Auto-Avaliação durante o primeiro trimestre de 1997.

Dada a importância da contratação externa de serviços para a Empresa, prosseguiu a fase de desenvolvimento e implementação do Sistema de Qualificação de Fornecedores de Serviços, visando a criação duma bolsa de fornecedores aptos a satisfazer os requisitos dos contratos, sendo para o efeito contactadas cerca de 750 empresas.

No âmbito da formação, informação e sensibilização no domínio da qualidade destaca-se o desenvolvimento de um Plano de Formação em Qualidade para o Grupo EDP, a

que a CPPE aderiu, e a publicação do Boletim Qualidade, que se pretende seja um espaço regular de informação, divulgação e debate sobre questões relevantes para a Qualidade.

AMBIENTE

Os princípios básicos da Política de Ambiente da CPPE, definidos em consonância com as orientações estabelecidas ao nível do Grupo EDP, determinam uma atitude activa e socialmente empenhada na protecção e salvaguarda dos valores e critérios ambientais.

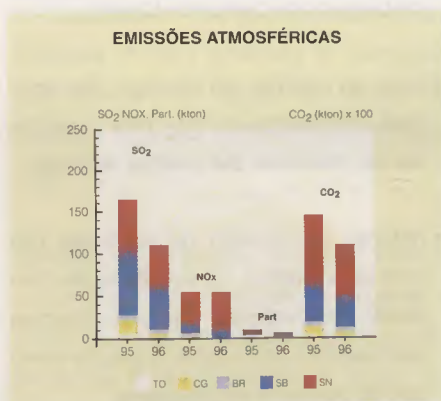
Assim, durante o ano de 1996, desenvolveram-se um conjunto de acções, visando a redução e controlo dos impactes atmosféricos, de que se destacam:

- no âmbito do Plano de Redução de SO_2 e de NO_x , para o período de 1996-2005 foi adjudicado o fornecimento dos equipamentos para redução da emissão de NO_x do Grupo II da Central de Sines;
- início do controlo, em contínuo, das emissões atmosféricas de SO_2 , NO_x e partículas nas chaminés das centrais térmicas;
- redução da emissão de partículas nas centrais a fuelóleo, na sequência da conclusão da instalação dos precipitadores electrostáticos em todos os grupos térmicos de Setúbal e do Carregado;
- exploração, em regime de alerta, das redes de controlo da qualidade do ar, instaladas nas áreas envolventes das centrais, permitindo adequar o funcionamento das centrais às condicionantes ambientais; e



- início dos trabalhos de revitalização da instalação de tratamento de efluentes líquidos da Central de Setúbal, cuja conclusão está prevista para o final de 1997.

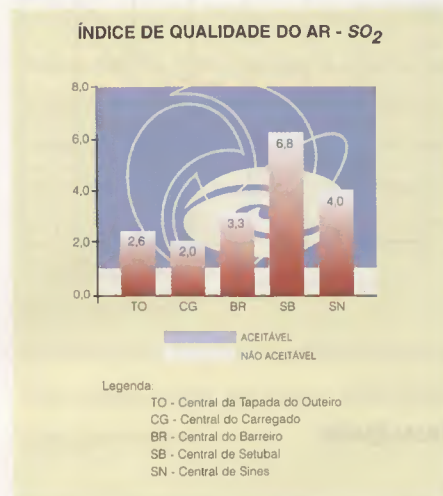
Os valores das emissões atmosféricas no ano de 1996 apresentam-se globalmente inferiores aos do ano anterior, evidenciando uma menor e mais aperfeiçoada utilização das centrais térmicas.



O índice de qualidade do ar apresentou no final do ano de 1996 valores favoráveis em todas as centrais que constituem o parque térmico da empresa.

Os valores obtidos para este índice permitem considerar que o impacte atmosférico

se situou em níveis socialmente aceitáveis nas zonas de influência daquelas.



Relativamente à gestão dos recursos hídricos explorados pela Empresa destacam-se, entre outras, as seguintes acções:

- desenvolvimento de contactos com o Instituto para a Conservação da Natureza e com as autarquias de Ponte da Barca e de Ponte de Lima, visando a regularização do caudal do rio Lima a jusante da barragem do Alto Lindoso, que viria a culminar com a assinatura de um Convénio entre o Ministério do Ambiente e a EDP, relativo ao Programa de optimização ambiental das Condições de Exploração dos Aproveitamentos Hidroeléctricos do Alto Lindoso e Touvedo, no Rio Lima;
- vigilância e acompanhamento da qualidade da água das albufeiras; e
- conclusão da construção de dois aquedutos na albufeira da Régua, tendo como objectivo minimizar os efeitos do assoreamento e de retenção da poluição nesta zona.

O controlo em contínuo dos efluentes líquidos mereceu atenção especial por parte da Empresa, tendo sido respeitados os valores limite estabelecidos pela legislação em vigor sobre descargas de efluentes.

No que se refere à gestão e valorização de resíduos assegurou-se a aplicação na indústria cimenteira e de construção civil da totalidade das cinzas volantes resultantes da combustão do carvão e procedeu-se ao levantamento dos resíduos industriais produzidos, armazenados e transportados nas nossas instalações, por forma, não só a cumprir a legislação, mas também a preparar o início da aplicação do Plano de Gestão de Resíduos da CPPE.

Foram ainda desencadeadas outras acções de ordem geral que permitirão sustentar um desempenho ambiental que se pretende progressivamente mais exigente, destacando-se, em particular, a definição do Plano de Sensibilização e Formação Ambiental para todos os trabalhadores da Empresa e a caracterização de base para a implementação de um Programa de Recolha Selectiva de Materiais.

No domínio do Ambiente mereceu também destaque especial o Protocolo assinado com o Instituto de Conservação da Natureza, INETI e as Câmaras Municipais de Setúbal e Palmela, com vista à utilização dos efluentes térmicos da central de Setúbal no Projecto de Reflorestação da Arrábida

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D)

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Projectos I&D

Durante 1996 a CPPE em parceria com Ins-

titutos e Universidades Portuguesas - Instituto Superior Técnico, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores - desenvolveu estudos no âmbito de sete Projectos de I & D. Em colaboração com a nossa participada PROET e diversos parceiros nacionais e internacionais, a CPPE participou ainda em cerca de 15 projectos comunitários de I & D ao abrigo dos programas SPRINT, BRITE-EURAM, JOULE e ESPRIT, envolvendo no conjunto um montante da ordem de 150 milhares de contos.

Cooperação e Actividade Internacional

No âmbito da cooperação internacional, em parceria com a INTERNEL e outras Empresas do Grupo EDP, merecem referência as seguintes acções:

- Participação no diagnóstico e elaboração de um Plano Director de reabilitação e expansão da rede eléctrica nacional de Angola, da ENE - Empresa Nacional de Energia;
- Envio de uma Missão à ENE para apoio à manutenção correctiva das centrais de Matala e Cambambe;
- Preparação de uma proposta para o concurso "Capacity Building for Maintenance Program" lançado também pela ENE;
- Apresentação de parecer relativo ao projecto de criação de um sector de avaliação da funcionalidade e segurança das grandes barragens de Moçambique;
- Acompanhamento da visita de representa-

ção da SADC - Southern African Development Community aos aproveitamentos de Alto Lindoso e Touvedo.

No quadro dos objectivos de internacionalização do Grupo EDP, definido pela EDP, SA., a CPPE em colaboração com a INTERNEL, participou em acções de exploração do mercado brasileiro no domínio da produção e, em consequência, apresentou propostas de candidatura com vista à exploração de diversas instalações de produção termoeléctrica, de que merecem destaque as centrais de cogeração para a PETROBRÁS.

A CPPE, mantém, como sempre, uma participação activa nos trabalhos de vários grupos especializados no âmbito das Organizações Internacionais das empresas de electricidade - UNIPED, UCPTE, EURELECTRIC, IESOE e ECOBA - e ainda, em representação da Direcção Geral de Energia no "Coal Industry Advisory Board" da OCDE.

AUDITORIA INTERNA

Em 1996, foi prosseguida a política de alargamento das auditorias às diversas actividades da empresa, encetada no exercício anterior, com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade da gestão e apoiar o controlo estratégico e operacional.

Das acções realizadas, destacam-se as auditorias de análise das operações de aquisição, de transporte e aprovisionamento de combustíveis, de medição de combustíveis em parque, de avaliação do funcionamento dos armazéns e das tesourarias, de avaliação das operações de con-

tratação de empreitadas e de prestação de serviços, de análise da validação de processamentos remuneratórios de pessoal, de análise dos valores contabilísticos, integração dos diversos sistemas informáticos e de circularização de saldos de terceiros.

Promoveu-se, ainda, a planificação e o seguimento da implementação de acções correctivas e de melhoria, decorrentes das recomendações de auditorias e da formação profissional específica.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Em 1996, o trabalho desenvolvido na área de comunicação e relações públicas apoiou-se, essencialmente, em dois importantes conceitos: ambiente e cultura, suportes fundamentais de uma estratégia de comunicação virada para a consolidação da imagem de Empresa. Esta política foi apoiada em projectos de âmbito técnico, cultural e social, e ajudou a criar laços de afectividade, a fomentar a parceria e a cimentar um clima de boa vizinhança com os interlocutores institucionais da Empresa e com as entidades e comunidades da área de influência dos nossos centros produtores.

Dessas acções, destacam-se:

- Campanha de comunicação para dar apoio ao Projecto de Reflorestação da Arrábida, uma acção de carácter mecenático que vai permitir a recuperação de parte significativa do coberto vegetal daquela área protegida;
- Projecto "Concertos com Ambiente", com a colaboração do pianista António Rosado e do Maestro António Victorino d'Almeida,

que permitiu levar música da melhor qualidade a regiões do país onde habitualmente são raros os concertos de música clássica. Os concertos tiveram lugar em Bragança, Caminha, Évora, Lisboa, Matosinhos, Porto, Setúbal, Tavira, Tomar e Vila Franca de Xira;



- Edição, em CD, da sonata de Liszt e da Fantasia de Schumann, executadas pelo pianista António Rosado. A CPPE procurou, com esta acção, dar um pequeno

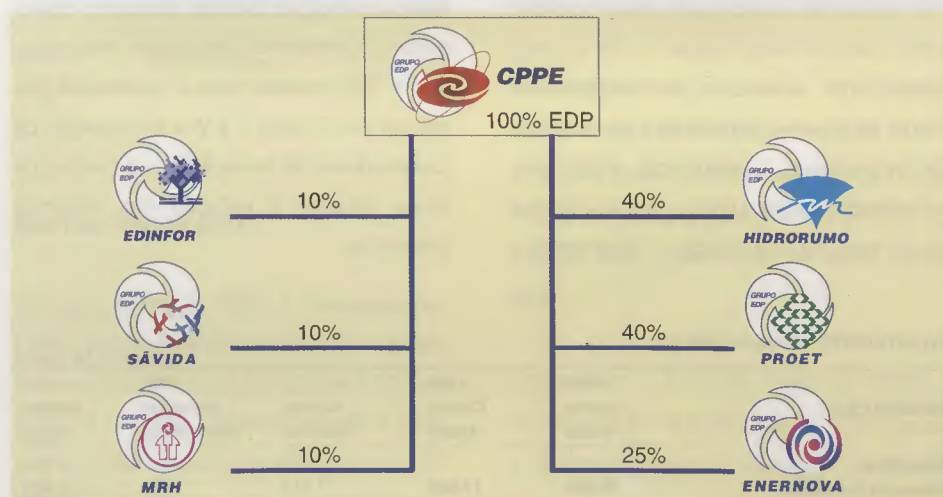
contributo para o enriquecimento do património artístico português; e

- Início da implementação do "Projecto Luzinha", com a formação de um Grupo de Trabalho, nomeado pelo CA, que culminará, em 1997, com o arranque do Projecto em cinco centrais-piloto da Empresa: Alto Lindoso, Castelo do Bode, Crestuma-Lever, Setúbal e Sines.

EMPRESAS PARTICIPADAS

Durante o exercício não se verificaram quaisquer alterações nas participações financeiras da CPPE em Empresas do Grupo EDP, que são as seguintes:

HIDRORUMO.....	40%
PROET	40%
ENERNOVA.....	25%
EDINFOR	10%
SÁVIDA	10%
MRH	10%



EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

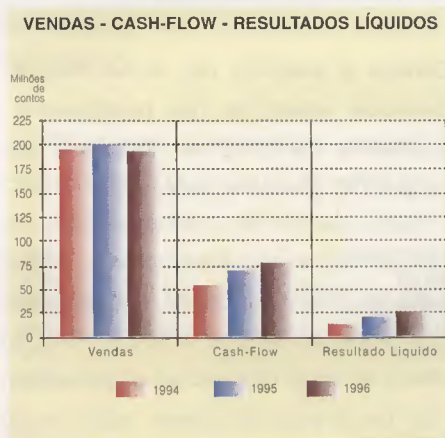
Performance Empresarial

No exercício de 1996 - 3º ano de actividade

da CPPE - a Empresa obteve um Resultado Líquido de 21,6 milhões de contos, contra 13,5 milhões de contos do exercício precedente, a que corresponde um crescimento da ordem dos 60% - mais 8,1 milhões de contos.

As Vendas atingiram o montante de 194,8 milhões de contos, sendo 193,9 milhões de contos relativos à venda de electricidade e os restantes - 0,9 milhões de contos - provenientes da venda de vapor e cinzas, essencialmente.

Durante o exercício a Empresa gerou um Cash-flow - líquido do Serviço de Dívida - de 75,1 milhões de contos, que facultou o auto-financiamento dos seus novos investimentos, no montante de 11,9 milhões de



contos, que satisfaz as necessidades em fundo de maneo decorrentes da actividade operacional, permitindo ainda uma amortização extraordinária de 15 milhões de contos da sua Dívida - "Suprimentos

de Longo Prazo" - à Holding/EDP.

Como pode constatar-se da análise das demonstrações financeiras insertas neste Relatório, a Empresa manteve a tendência do reforço e consolidação da sua autonomia e solidez financeiras.

DESPESAS DE INVESTIMENTO

Em 1996 a Empresa investiu 11 943 milhares de contos a custos técnicos, dos quais cerca de 60% em empreendimentos ligados à produção hídrica, 35% em centrais térmicas em exploração e os restantes 5% em Projectos de I&D e outros.

No que concerne a novos aproveitamentos hídricos, importa referir os estudos relacionados com os empreendimentos de Venda Nova II e Baixo Sabor.

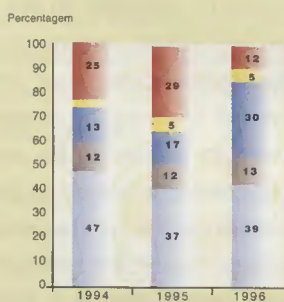
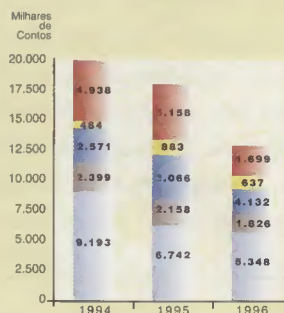
Relativamente às centrais térmicas, destaca-se a Central do Carregado - Revitalização e Reconversão para a queima de gás natural dos Grupos V e VI e a Instalação de Queimadores de baixo NOx na Central de Sines, visando a redução dos impactos ambientais.

INVESTIMENTO - Evolução 1994/96

Unidade: Mil contos

DESIGNAÇÃO	1994	1995	1996		
	Custos Totais	Custos Totais	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Custos Totais
Específico					
Produção Hidráulica	15 533	12 842	7 174	285	7 459
Aproveitamentos em Construção	11 436	10 683	5 119		5 119
Aproveitamentos a Lançar	22	1	229	3	232
Aproveitamentos em Exploração	4 075	2 158	1 826	282	2 108
Produção Térmica	3 554	4 196	4 132	1 414	5 546
Centrais em Exploração	3 554	4 184	2 490	1 372	3 862
Projectos Especiais		12	1 642	42	1 684
Estudos e Projectos	46	426	20		20
Projectos de I & D			153		153
Outro (Não Específico)	430	543	464		464
Total	19 563	18 007	11 943	1 699	13 642

INVESTIMENTO Evolução 1994/96



GESTÃO FINANCEIRA

Ao longo do ano de 1996, a Empresa amortizou, conforme inicialmente previsto, 31 956 milhares de contos da sua Dívida à Holding EDP, SA - 27 626 milhares de contos relativos à Dívida inicialmente alocada e 4 330 milhares de contos dos Suprimentos de Longo Prazo.

Os encargos financeiros - juros e diferenças de câmbio - respeitantes ao Serviço de Dívida, no seu todo, atingiram no ano, cerca de 37 106 milhares de contos, sendo 31 626

milhares de contos relativos à Dívida inicialmente alocada e o restante, 5 480 milhares de contos aos Suprimentos de Longo Prazo.

Tal como nos anos anteriores - mais propriamente desde a reestruturação da EDP, em 1994 - a dívida alocada à CPPE foi gerida no âmbito do Serviço de Dívida global do Grupo tendo incumbido à Direcção Financeira da Holding - em sintonia com as Empresas do Grupo - a aplicação da política e dos critérios consensualmente definidos, uma e outros consentâneos com as realidades financeiras e estratégicas da EDP, SA.

Tais políticas e critérios são, periodicamente, objecto de análise visando concluir-se dos ajustamentos ou alterações a efectuar, face à dinâmica e à evolução daquelas realidades e estratégias.

Neste contexto, foi proposto, no final do ano pela CPPE e aceite pela Holding, uma Amortização Extraordinária de 15 000 milhares de contos da Dívida da Empresa, amortização a incidir nos Suprimentos de Longo Prazo, concedidos pela Holding à CPPE no final de 1995, nas condições então definidas.

Desta forma, a Dívida Total da CPPE à Holding EDP - que no final de 1995 era de 479 382 milhares de contos - passa, no final do exercício de 1996, para 432 427 milhares de contos, assim decompostos:

- Dívida Inicialmente Alocada
386 757 milhares de contos
- Suprimentos de Longo Prazo
45 670 milhares de contos

Serviço de Dívida - Evolução em 1996

Unidade: Milhares de contos

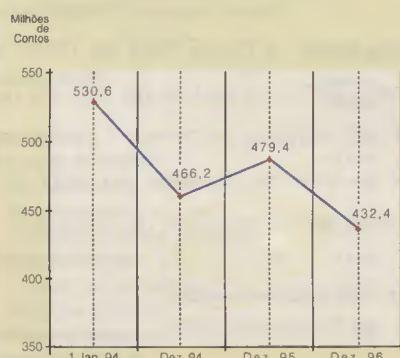
		Dívida		Encargos	
Período				Financeiros	Total
1996	Reembolsos	Saldo		(Juros)	
01 JAN.		479 382			
1º TRIM.	6 906	472 476		8 462	15 368
2º TRIM.	9 066	463 410		11 128	20 194
3º TRIM.	6 906	456 503		7 650	14 564
4º TRIM.	9 076	447 427		9 866	18 932
Amort. Extr	15 000	432 427			15 000
TOTAL	46 954			37 106	84 058
Decomposição do saldo:					
	Curto Prazo (*)	30 888			
	M.L.Prazos	401 539			

(*) Dívida de M.L.Prazos, vencida no curto prazo.

A redução da Dívida de ML Prazo, em cerca de 47 milhões de contos - menos 10% relativamente a 31.12.95 - reflecte bem a solidez da Empresa e coloca o índice da estrutura financeira da CPPE entre os melhores, a nível internacional, para o seu tipo de actividade.

Como se verifica no gráfico seguinte, a Dívida de ML Prazo da Empresa retomou, em 1996, a tendência descendente interrompida no exercício anterior, pelas razões então apontadas, registando um decréscimo total da ordem dos 100 milhões de contos - menos 18,5% - relativamente à data do arranque formal da Empresa - Janeiro de 1994.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA
1 de Jan/94 a 31 de Dez/96



PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 1997

Em 1997 a CPPE dará continuidade ao desenvolvimento e execução do seu Plano Estratégico em estreita sintonia com as orientações estabelecidas pela Holding EDP. Constituirá preocupação permanente da Administração a manutenção, senão a melhoria, dos elevados índices de disponibilidade e eficiência dos centros produtores de electricidade - hídricos e térmicos - que vêm sendo conseguidos, e o estudo e implementação de medidas visando uma maior racionalização dos serviços.

A Empresa prevê investir neste ano cerca de 16,5 milhões de contos onde pontificam os investimentos ligados à preservação do ambiente - queimadores de baixo NOx na central térmica de Sines - e à reconversão dos grupos V e VI para queima de gás natural na Central do Carregado. Serão igualmente significativos os investimentos na revitalização dos restantes grupos desta central, além de outros investimentos nos demais centros produtores e nos estudos inerentes ao lançamento de novos empreendimentos, designadamente, Venda Nova II e Baixo Sabor. Para além destes investimentos importa ainda considerar a participação financeira da CPPE no Projecto do Alqueva em percentagem que se prevê bastante significativa.

Neste contexto, entende o Conselho de Administração, tendo presente a valia e empenhamento de todo o pessoal da Empresa e dada como certa a continuidade da elevada performance dos centros produtores hídricos e térmicos, que há legítimas expectativas para que o desempenho económico-financeiro da Empresa, em 1997, seja ainda melhor que o do exercício que agora finda.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos do Artº 25º dos Estatutos da CPPE, propõe que o resultado líquido do exercício de 1996 no valor de 21 569 033 040\$00, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	1 078 460 000\$00
Para Dividendos	16 750 000 000\$00
Para Resultados Transitados	3 740 573 040\$00

NOTA FINAL

Já depois de encerrado o Exercício, em Assembleia Geral de Accionistas realizada a 16 de Janeiro, foram eleitos para o Conselho de Administração da CPPE os seguintes membros:

- Presidente, Engº Luís Filipe Lucena Ferreira
- Vogal, Engº Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado (transita do Conselho anterior)
- Vogal, Engº João José Gomes de Aguiar

tendo cessado funções naquela data, como Presidente do Conselho de Administração o Engº Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado.

O Conselho de Administração manifesta o maior apreço pela forma como o Presidente cessante dirigiu a CPPE durante o seu mandato, desenvolvido numa fase importante para a consolidação da Empresa.

Ao fechar o relatório do exercício de 1996, o Conselho de Administração quer deixar expresso o seu especial apreço aos Quadros e restantes colaboradores da CPPE pela dedicação e elevado profissionalismo evidenciados no exercício das suas funções.

De igual modo não pode deixar de salientar o excelente relacionamento estabelecido com o seu principal cliente, a REN - Rede Eléctrica Nacional, SA, a quem manifesta o seu maior empenho para a satisfação das necessidades de energia eléctrica do País com elevada qualidade.

O Conselho de Administração agradece também o importante apoio e estímulo recebido do Conselho de Administração da EDP, SA e manifesta o seu reconhecimento ao Orgão de Fiscalização pela solícita e indispensável colaboração prestada.

Lisboa, 12 de Março de 1997

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Filipe Lucena Ferreira
Presidente

Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado
Vogal

João José Gomes de Aguiar
Vogal





Prestação de Contas

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Durante o Exercício económico de 1996 a Empresa reforçou a sua solidez económico-financeira, como atesta a evolução positiva dos seus indicadores de actividade e se evidencia nas demonstrações financeiras objecto da presente análise.

Balanço

A comparação e análise da situação patrimonial da Empresa, em 31 de Dezembro de 1996, face à data homóloga do ano precedente, permite concluir da boa performance financeira da CPPE, não obstante se tenha verificado, no Exercício, um decréscimo do Activo líquido, da ordem dos 23 309 milha-

res de contos, consequência, essencialmente, da reintegração de imobilizados não totalmente compensados pela entrada em exploração de novos empreendimentos.

Verifica-se, igualmente, uma diminuição do Passivo, no montante de 33 142 milhares de contos, reflexo, na sua quase totalidade, da amortização, durante o ano, da Dívida da CPPE à EDP,SA, acrescida da amortização extraordinária no valor de 15 000 milhares de contos, realizada no final do exercício.

Em 31 de Dezembro de 1996, os Capitais Próprios elevavam-se a 519 579 milhares de contos, tendo o acréscimo de 9 831 milhares de contos resultado, exclusivamente, do lucro líquido do exercício ainda não distribuído.

Balanço Comparativo

Unidade: milhares de contos

Designação	1994		1995		1996		Var.
							96/95
	Valor	Estrut. (%)	Valor	Estrut. (%)	Valor	Estrut. (%)	%
Activo	1 072 690	100,0	1 051 426	100,0	1 028 117	100,0	(2,2)
Imobilizado (líquido)	1 030 750	96,1	1 003 798	95,5	971 946	94,5	
Circulante	41 886	3,9	46 665	4,4	55 752	5,4	
Acrésc. e diferimentos	54	0,0	964	0,1	419	0,0	
Passivo	569 685	53,1	541 679	51,5	508 537	49,5	(6,1)
Exigível MLP	375 891	35,0	465 258	44,3	426 522	41,5	
Exigível CP	153 993	14,4	62 035	5,9	67 150	6,5	
Acrésc. e diferimentos	39 801	3,7	14 386	1,4	14 865	1,4	
Capitais Próprios	503 005	46,9	509 748	48,5	519 579	50,5	1,9
Passivo + Capitais Próprios	1 072 690	100,0	1 051 426	100,0	1 028 117	100,0	(2,2)

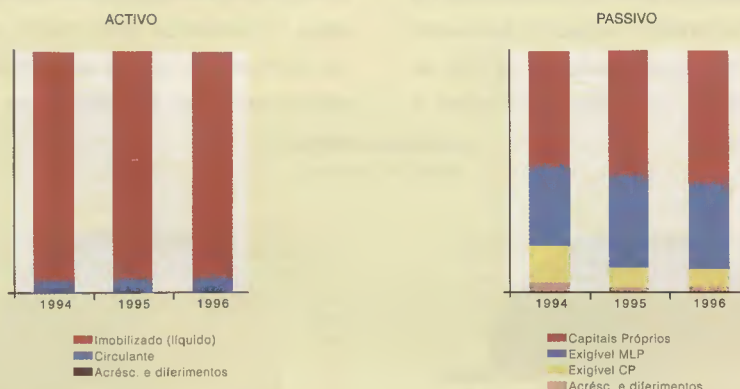
Analisando, agora, alguns índices da estrutura financeira da Empresa, pode notar-se uma significativa melhoria da sua autonomia financeira (capitais próprios/activo) que passou do índice de 48 %, no ano anterior, para 50,5 %, no final do exercício, reflectindo o reforço da capacidade da Empresa em solver os seus compromissos de médio e longo prazo.

Aquele índice conjugado com o da solvabilidade total (activo/passivo) que é agora de 2,0 contra 1,94 do exercício anterior, permi-

te concluir do reduzido risco de insolvência da Empresa.

Os índices de liquidez geral, fundo de maneio e cobertura do imobilizado, registaram, pela segunda vez consecutiva - exercício de 1995 e de 1996 - significativas melhorias, apresentando já valores próximos dos referenciais, mais adequados, de tesouraria, sem deixar de preservar uma boa estrutura financeira (exigível MLP/capitais próprios), cujo o rácio de 82 %, diz bem da solidez financeira da Empresa.

BALANÇO
Estrutura Evolutiva 1994/96



Demonstração de Resultados

O resultado líquido obtido no Exercício, ascende a 21 569 milhares de contos, cerca de 60 % superior ao ocorrido no ano anterior

- mais 8 108 milhares de contos - consequência de uma sensível melhoria dos resultados operacionais e da significativa redução dos encargos financeiros, devidos fundamentalmente, à redução da taxa de juro.

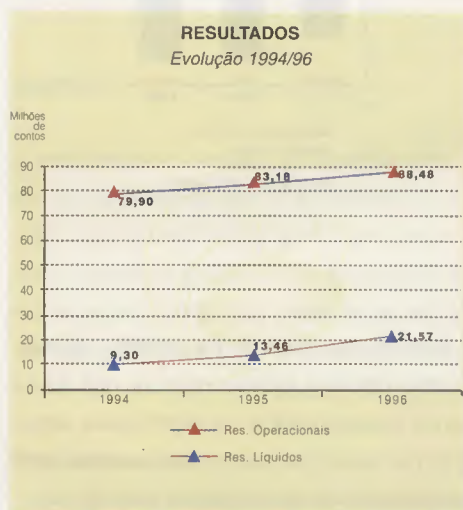
Conta de Resultados

Unidade : Contos

Designação	Anos			Varição
	1994	1995	1996	96/95 (%)
Vendas e Prestação de Serviços	198 352 114	201 970 636	194 764 414	(3,6)
Trabalhos para a Própria Empresa (*)	1 997 148	783 485	82 496	(89,5)
Produtos e Trabalhos em Curso	(125 022)	(5 469)	(33 301)	508,9
Outras Receitas Correntes	75 804	153 363	95 520	(37,7)
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado	200 300 043	202 902 016	194 909 129	(3,9)
Compras de Electricidade	1 226			
Combustíveis	45 410 303	53 305 713	35 716 682	(33,0)
Materiais Diversos	801 922	844 102	697 645	(17,4)
Correcção de Hidraulicidade	1 479 256			
Fornecimentos e Serviços Externos	13 150 335	12 336 936	11 730 373	(4,9)
Impostos Indirectos	45 637	79 786	60 265	(24,5)
Consumos Corrigidos (-)	60 888 679	66 566 537	48 204 965	(27,6)
Valor Acrescentado Bruto (=)	139 411 364	136 335 480	146 704 164	7,6
Despesas com Pessoal (-)	12 914 948	12 379 015	13 143 009	6,2
Outros encargos de Exploração (-)	1 199 969	1 150 851	1 094 676	(4,9)
Outros Proveitos de Exploração (+)		547 025	549 262	0,4
Excedente Bruto de Exploração (=)	125 296 446	123 352 639	133 015 741	7,8
Despesas Financeiras (-)	52 488 066	54 341 446	37 536 188	(30,9)
Receitas Financeiras (+)	4 122 814	873 914	937 527	7,3
Imputação Despesas Financ. a T.P.E. (+)	4 937 588	5 157 595	1 698 835	(67,1)
Resultados Ext. e de Exercícios Anteriores (+)	(27 928 788)	3 020 276	912 815	(69,8)
Impostos Directos (IRC) (-)	4 669 281	13 533 565	23 908 244	76,7
Cash-Flow	49 270 714	64 529 413	75 120 485	16,4
Amortizações (-)	45 402 516	45 293 225	46 237 578	2,1
Provisões Líquidas (-)	(5 406 283)	5 775 668	7 313 874	26,6
Resultado Líquido	9 274 481	13 460 519	21 569 033	60,2

(*) Sem Encargos Financeiros

A Empresa gerou, em 1996, um cash flow da ordem dos 75 120 milhares de contos - mais 10 591 milhares de contos que no exercício precedente - reflexo do acréscimo verificado nos seus resultados já que as amortizações e provisões mantiveram o nível anterior.

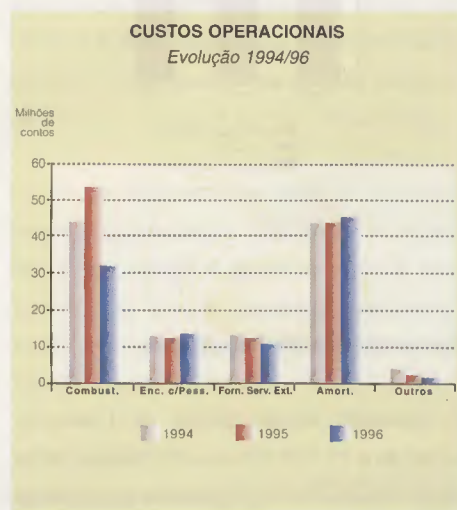


As vendas totais elevaram-se a 194 764, milhares de contos dos quais, 193 876 milhares de contos respeitantes a vendas de energia eléctrica à REN - Rede Eléctrica Nacional, SA e os restantes relativos, essencialmente, a vendas de vapor e cinzas.

No que concerne ao valor das vendas de energia eléctrica regista-se um decréscimo de cerca de 3,6 %, face ao valor verificado no ano anterior, consequência do regime hidrológico favorável registado no ano que motivou um menor recurso à produção de origem térmica com a inerente diminuição do consumo de combustíveis e consequente redução do valor facturado à REN, na base dos Contratos de Aquisição de Energia.

Como reflexo do antes exposto os proveitos inerentes ao valor acrescentado - 194 909 milhares de contos - registam uma variação negativa de 3,9 %, relativamente a 1995.

Os custos operacionais, ascenderam a 108 680 milhares de contos - menos 13,4 % do verificado no exercício anterior - também estes influenciados pelo menor consumo de combustíveis, já que os demais custos mantiveram nível semelhante ao do ano transacto.



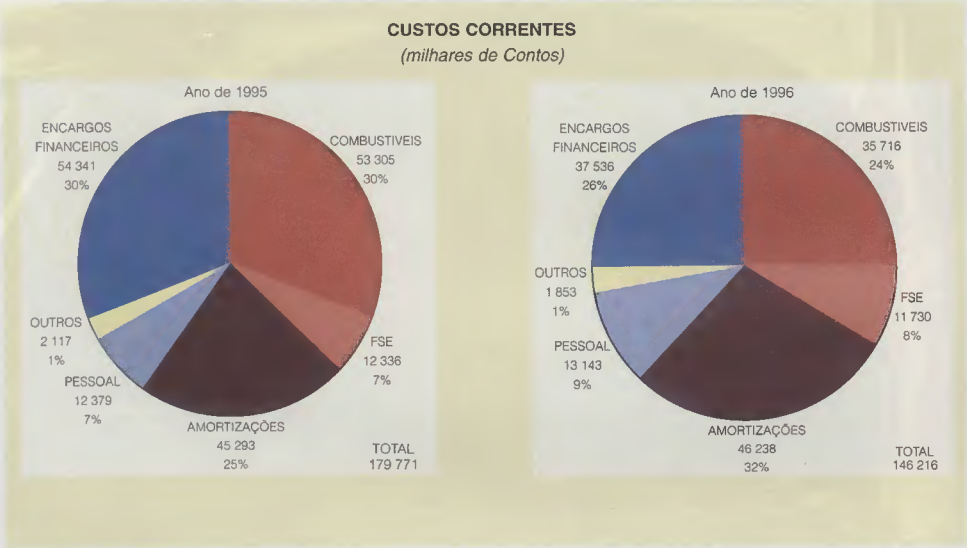
No que concerne aos custos correntes, estes, situam-se em 146 216 milhares de contos, - menos 33 555 milhares de contos do que os verificados no ano anterior - diminuição que reflecte fundamentalmente os decréscimos registados no consumo de combustíveis, já mencionados, e nos encargos financeiros.

Com efeito, os encargos financeiros diminuíram cerca de 16 805 milhares de contos fruto, como atrás é dito, do significativo abaixamento das taxas de juro inerentes à Dívida da CPPE à EDP,SA.

Decorrente do atrás exposto, verifica-se, em 1996, uma ligeira alteração na estrutura de custos correntes da Empresa comparativamente à do ano anterior. Com efeito, o peso dos encargos financeiros baixou de 30 para 26 %; os combustíveis passaram a representar apenas 24 %, contra os 30 % de

1995; as amortizações subiram dos 25 para os 32 %; e os restantes custos - fornecimentos e serviços externos, pessoal e custos

diversos - passaram de 15 para 18 %, apesar do seu valor se ter mantido praticamente constante de um exercício para o outro.





Documentos de Prestação de Contas



BALANÇO ANALÍTICO EM 31/12/96

Notas	Exercício			
	AB	1996 A / P	AL	1995 AL
ACTIVO				
IMOBILIZADO:				
03.a				
08				
08				
03.b/10				
10.c				
03.d				
03.c./16				
CIRCULANTE:				
03.a				
42				
23				
48.g				
48.b				
48.a				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Total do activo				

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Técnico de Contas
Vitor Manuel Nunes do Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Director
Adalberto Fernando da Cunha

Notas	Exercício	
	1996	1995
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO:		
36.		
40.		
40.a		
40.b		
40.c		
40.		
PASSIVO:		
48.c		
03.k/48.c		
48.c		
03.l/48.c		
03.d		
03.f		
48.g		
48.b		
48.a		
Total do Passivo		
Total do Capital Próprio e do Passivo		

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Luís Filipe Lucena Ferreira - Presidente
Jorge Manuel Ribeiro Soares Machado - Vogal
João José Gomes de Aguiar - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31/12/96

CUSTOS E PERDAS

		Exercício	
Notas		1996	1995
41.	Custo das existências vendidas e consumidas		
	Electricidade	0	0
	Combustíveis p/ prod. electricidade	35 716 661 882	53 305 713 162
	Materiais diversos	697 645 353	844 101 897
	Fornecimentos e serviços externos	11 730 372 533	54 149 815 059
	Custos com pessoal		12 336 935 738
	Remunerações:		
43.	Remunerações dos órgãos sociais	28 966 814	25 694 032
	Remunerações do pessoal	8 785 312 257	8 336 418 235
	Encargos sociais:		
	Complemento de pensões de reforma	3 471 262	13 961 553
	Prémios para pensões	427 223 583	313 205 000
	Encargos s/remunerações	2 232 966 865	2 132 985 511
	Custos de acção social	1 018 192 837	942 438 240
	Outros	646 875 509	614 412 751
		13 143 009 127	12 379 015 332
10.b	Amortizações do exercício	46 237 578 263	45 293 225 338
34.	Provisões do exercício	0	40 000 000
		46 237 578 263	45 333 225 338
	Impostos:		
	Impostos indirectos	60 264 997	79 785 784
	Impostos directos	1 346 718	3 030 906
		61 611 715	82 816 690
	Outros custos e perdas operacionais	191 610 767	190 385 475
48.d	Rendas de concessões e c. electroprodutores	901 718 105	957 434 564
	A - Custos e Perdas Operacionais	106 660 227 765	125 429 628 196
03.h/45	Custos e perdas financeiras		
	Juros	37 324 495 584	54 009 424 882
	Diferenças de câmbio desfavoráveis	201 588 847	309 727 120
45.a	Outros custos e perdas financ. e similares	10 103 845	22 293 696
		37 536 186 276	54 341 445 698
	C - Custos e perdas correntes	146 216 416 041	179 771 073 894
46.	Custos e perdas extraordinárias		
	Perdas em existências	5 178 182	20 685 385
	Perdas em imobilizações	10 012 906	8 750 370
46.c	Correcções relati. a exercicios anteriores	388 569 138	592 739 241
46.a	Outros custos e perdas extraordinárias	7 648 840 794	6 621 476 817
		8 052 601 020	7 243 651 813
	E - Custos e perdas do exercício	154 269 017 061	187 014 725 707
	Imposto s/rendimento do exercício (Estimado)	23 908 244 182	13 533 564 953
	G - Custos totais	178 177 261 243	200 548 290 660
	Resultado líquido do exercício	21 569 033 040	13 460 519 152
	Total	199 746 294 283	214 008 809 812
	Resultados operacionais (B)-(A)		
	Resultados financeiros [(D)-(B)]-[(C)-(A)]		
	Resultados correntes (D)-(C)		
	Resultados antes de impostos (F)-(E)		
	Resultado líquido do exercício (F)-(G)		

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Técnico de Contas
Vitor Manuel Nunes da Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Director
Adalberto Fernando da Cunha

PROVEITOS E GANHOS

		Exercício	
Notas		1996	1995
44.	Vendas		
44.a.1	De energia eléctrica	193 875 746 923	201 136 997 248
44.a.2	Outras	819 210 126	830 093 144
44.b	Prestações de serviços	69 456 549	3 546 022
		194 764 413 598	201 970 636 414
42.	Variação da Produção		
	Produtos e trabalhos em curso:		
	Existências finais	3 097 824	36 398 371
	Existências iniciais	36 398 371	(33 300 547)
		(33 300 547)	41 867 387
			(5 469 016)
48.e	Trabalhos para a própria empresa	1 781 330 744	5 941 080 309
	Proveltos suplementares	95 519 944	153 363 336
	Outros proveltos e ganhos operacionais	549 261 500	547 025 438
		2 426 112 188	6 641 469 083
	B - Proveitos e Ganhos Operacionais	197 157 225 239	208 606 636 481
45.	Proveltos e Ganhos Financeiros		
	Rendimentos de participações de capital	0	13 300 000
	Rendim. de lit. negoc. e out. aplic. financ.	132 017 541	137 892 668
	Outros juros e proveltos similares	645 017 805	43 499 449
	Diferenças de câmbio favoráveis	160 491 437	679 221 712
		937 526 783	873 913 829
	D - Proveitos e ganhos correntes	198 094 752 022	209 460 550 310
46.	Proveltos e ganhos extraordinários		
	Ganhos em imobilizações	13 210 461	24 430 077
46.d	Reduções de amortizações e de provisões	276 301 905	264 331 692
46.c	Correcções relat. exercicios anteriores	41 306 114	174 451 659
46.b	Outros proveltos e ganhos extraordinários	1 320 723 781	1 651 542 261
		4 065 046 074	4 528 259 502
	F - Proveitos Totais	199 746 294 283	214 008 809 812
		88 476 997 474	83 177 008 265
		(36 508 661 493)	(53 467 531 663)
		51 678 335 961	29 709 476 416
		45 477 277 222	26 994 084 105
		21 569 033 040	13 460 519 152

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Luís Filipe Lucena Ferreira - Presidente
Jorge Manuel Ribeiro Soares Machado - Vogal
João José Gomes de Aguiar - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Unidade: Milhares de Contos

Funções de Exploração		1996	1995
Vendas e Prestação de Serviços	(+)	194 764	201 971
Custos da Função Produção	(-)	100 369	117 201
RESULTADOS BRUTOS	(=)	94 395	84 769
Custos da Função Administrativa	(-)	7 804	7 061
Custos da Função Informática	(-)	348	255
Custos Complementares de Assistência	(-)	104	95
Reforço de Provisões	(-)		40
Outros Proveitos Operacionais	(+)	639	700
RESULTADOS OPERACIONAIS	(=)	86 778	78 019
Proveitos Financeiros	(+)	938	874
Custos Financeiros	(-)	35 837	49 184
RESULTADOS CORRENTES	(=)	51 878	29 709
Proveitos e Ganhos Extraordinários	(+)	1 652	4 528
Custos e Perdas Extraordinárias	(-)	8 053	7 244
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	(=)	45 477	26 994
Imposto sobre o Rendimento	(-)	23 908	13 534
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(=)	21 569	13 461
FUNÇÕES DE INVESTIMENTO (TPE) (*)			
Enc. financeiros + Diferenças de Câmbio		1 699	5 158
Custos de Gestão da Holding		80	654
Outros		3	129

(*) Parte Realizada com meios da Própria Empresa

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

00 - Introdução

a) Objecto e detentores do capital

A CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., tem por objecto a produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob a obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional e é totalmente detida pela EDP - Electricidade de Portugal S.A..

b) Constituição

A constituição da Empresa reporta-se a 1 de Janeiro de 1994 e o seu património foi constituído por destaque da EDP- Electricidade de Portugal, S.A. nos termos do Decreto-Lei nº 7/91 de 8 de Janeiro e de harmonia com a deliberação da sua Assembleia Geral, tomada no dia 18 de Agosto de 1994.

c) Regime de Preços

As vendas de energia eléctrica são efectuadas na totalidade para um único cliente (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.) com facturação nos termos dos Contratos de Aquisição de Energia, assinados com aquela Empresa para cada Centro Electroprodutor da CPPE, prevendo um sistema de remuneração misto, com parcela fixa, correspondendo a pagamento indexado à disponibilidade de potência verificada e parcela variável associada à remuneração dos encargos variáveis de produção de energia.

d) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC).

As notas omitidas ou não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 - Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 - Comparabilidade

A partir do exercício de 1995, a Empresa deixou de estar sujeita à aplicação das regras



estabelecidas no Decreto-Lei nº 338/91, que criou o mecanismo de Correção de Hidraulicidade, na sequência da definição das regras de estabelecimento dos preços de venda praticados pela Empresa através da formalização dos CAE-Contratos de Aquisição de Energia, para cada unidade produtiva, com a REN. Deste modo, os resultados da Empresa passaram a não estar influenciados por qualquer movimento relacionado com a Correção de Hidraulicidade.

03 - Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por custos relacionados com Estudos e Projectos. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e são efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram do processo de Reestruturação da EDP-SA em referência a 01 de Janeiro de 1994 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Artº. 39 do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidos no balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos no valor das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Os imobilizados subsidiados são amortizados na mesma base e às mesmas taxas das restantes imobilizações da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários e em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios Para Investimento, efectuados durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média das imobilizações da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos, e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos.

c) Contabilização dos Investimentos Financeiros em Partes de Capital

Os investimentos financeiros em partes de capital em associadas, são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística nº 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística.

d) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afecta)

Estão valorizados a custos de construção. Em 1995 incluíram-se ainda os custos de gestão da Holding, como indicado na alínea i).

Não são efectuadas amortizações sobre o valor atribuído à parte dos aproveitamentos que não está afecta à produção de energia eléctrica.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos de Aguieira e Raiva, é determinado pela aplicação da percentagem provisória de 50 % aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço.

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo.

e) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas no exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

f) Dívidas a terceiros em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas ao câmbio em vigor na data das operações. No final do ano os saldos em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios em vigor na data do Balanço.

g) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos.



h) Encargos Financeiros

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 48.e) e (Nota 11).

i) Custos de Gestão da Holding

Os Custos de Gestão da Holding constituem custos operacionais na sua totalidade. Em 1995 foram repartidos entre o investimento (Nota 48.e) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

j) Pensões de Reforma e Sobrevivência / Fundo de Pensões

A Empresa tem a responsabilidade, face ao que se encontra regulado internamente, de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Esta responsabilidade encontrava-se no final do exercício de 1996 totalmente transferida para um Fundo de Pensões comum ao Grupo EDP, o qual se encontrava integralmente dotado, com referência a 96.12.31, no que respeitava a responsabilidades passadas, com pensões de reforma e de sobrevivência, incluindo ainda as situações de reforma antecipada existentes nesta data.

k) Provisão para Reformas Antecipadas

Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela pré-reforma, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Deste modo existe uma provisão para Reformas Antecipadas (Nota 48.c), a qual ascende no final do exercício a 4 075 milhares de contos, e que se destina a cobrir as responsabilidades passadas com os custos de futuras situações de pré-reforma, encontrando-se as situações existentes em 96.12.31 transferidas para o Fundo de Pensões, tal como referido na nota anterior

l) Provisão para Responsabilidades com Assistência Médica.

Os trabalhadores da Empresa ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

Deste modo, existe uma Provisão para Actos Médicos (Nota 48.c), a qual ascende no

final do exercício a 5 860 milhares de contos, e que se destina a cobrir as responsabilidades passadas com assistência médica dos reformados e pensionistas, actuais e futuros.

04 - Câmbios Utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal - cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1996/12/31, conforme se indicam de seguida:

USD	156.385	MOP	19.630	DKK	26.313
DEM	100.660	NLG	89.683	IEP	262.722
FRF	29.860	BEF	4.8859	GRD	0.63308
GBP	265.742	CHF	115.848	CAD	114.133
ESP	1.1941	JPY	1.3437	ATS	14.305
XEU	194.274	SEK	22.692	FIM	33.688
ITL	0.10237	NOK	24.302	ZAR	33.412
AUD	124.561				

06 - Impostos Sobre o Rendimento

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início em 1994.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos (dez anos para a Segurança Social). Na opinião da Administração da Sociedade não é previsível a ocorrência de qualquer responsabilidade adicional relativamente aos exercícios de 1994 a 1996 que tenha um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 2 190 empregados, não existindo assalariados.

08 - Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

A Rubricas Despesas de Instalação e Despesas de Investigação e Desenvolvimento incluem essencialmente custos com estudos e projectos.

10 - Imobilizações Corpóreas

a) Activo Bruto

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	10 016				10 016
Despesas de Invest. e Desenvolvimento				185 988	185 988
Imobilizações em curso					
Total (1)	10 016			185 988	196 004
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Edifícios e outras instalações	523 525			24 318	547 844
Equipamento básico	1 818 927 384	43 679	5 000	34 592 455	1 853 558 517
Equipamento Técnico Específico	1 818 524 991	1 060	5 000	34 587 135	1 853 108 185
Produção de Electricidade	1 818 524 991	1 060	5 000	34 587 135	1 853 108 185
Produção Hidroeléctrica	1 192 151 750	622	5 000	26 156 487	1 218 303 860
Produção Térmica	622 983 425	437		8 414 399	631 398 261
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/afecta)	3 389 816			16 248	3 406 064
Transporte					
Outro Equipamento Básico	402 393	42 619		5 320	450 332
Equipamento de transporte	664 316	129 014	72 454	(15 500)	705 375
Ferramentas e utensílios	711 388	12 282		3 691	727 361
Equip. administrativo(Excepto Informática)	1 719 120	104 256	5 238	1 707	1 819 845
Equipamento de Informática	858 854	179 227		(15 625)	1 022 456
Diferenças de câmbio	10 287 605			519 140	10 806 745
Outras imobilizações corpóreas	85 104	950			86 054
Subtotal (2.1)	1 833 777 295	469 407	82 692	35 110 186	1 869 274 196
Imobilizações em curso	56 708 181	13 168 861		(34 636 650)	35 240 392
Aproveit. fins mult. (parte não afecta)	1 500	21 477		(16 248)	6 729
Adiantamento p/conta imob. em curso	114 128	83 044		(11 420)	185 751
Subtotal (2.2)	56 823 809	13 273 382		(34 664 318)	35 432 872
Total (2)	1 890 601 104	13 742 789	82 692	445 868	1 904 707 069
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital	914 454			9 923	924 377
Total (3)	914 454			9 923	924 377
Total Geral (1)+(2)+(3)	1 891 525 574	13 742 789	82 692	641 779	1 905 827 449

b) Amortizações e Provisões

RUBRICAS	SALDO		SALDO	
	INICIAL	REFORÇOS	REGULARIZAÇÕES	FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de Instalação	2 337	2 003		4 340
Despesas de Invest. e Desenvolvimento		3 100		3 100
Total (1)	2 337	5 103		7 440
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Edifícios e outras instalações	47 554	10 535		58 090
Equipamento básico	884 435 283	45 705 633	(13 333)	930 127 582
Equipamento Técnico Específico	884 206 987	45 670 944	(15 402)	929 862 529
Produção de Electricidade	884 206 987	45 670 944	(15 402)	929 862 529
Produção Hidroelétrica	560 830 759	24 818 397	(15 407)	585 633 749
Produção Térmica	323 376 228	20 852 547	5	344 228 780
Outro Equipamento Básico	228 295	34 688	2 069	265 053
Equipamento de transporte	434 190	77 437	(63 496)	448 131
Ferramentas e utensílios	606 716	33 454	2 050	642 220
Equip. administrativo (Excepto Informática)	1 311 714	79 643	(2 277)	1 389 080
Equip. de Informática	410 802	145 194	(6 722)	549 275
Diferenças de câmbio	427 705	177 812		605 517
Outras imobilizações corpóreas	51 736	2 767		54 504
Total (2)	887 725 700	46 232 475	(83 778)	933 874 397
Total Geral (1) + (2)	887 728 037	46 237 578	(83 778)	933 881 837

c) Observações

Nas imobilizações próprias o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a produção de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos edifícios e instalações.

11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.h, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes:

RUBRICAS	JUROS DE FINANCIAMENTO
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	
Equipamento básico	1 698 835
Equipamento Técnico Específico	1 698 835
Produção de Electricidade	1 698 835
Produção Hidroelétrica	284 836
Produção Térmica	1 413 999
Estudos e Projectos	
Total	1 698 835

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 264/92
Decreto-Lei nº 399-G/84	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 7/91

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos):

Rubricas	1996	1995
Afectas à produção de Electricidade	958 286 770	990 764 459
Produção Hidroeléctrica	659 054 352	676 960 116
Produção Térmica	295 835 873	310 413 028
Aprov. fins múltiplos (parte n/ afecta)	3 396 545	3 391 315
Não específicas	12 515 255	12 077 590
Implantadas em propriedade alheia	30 646	33 355

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício.

Rubrica	1996	1995
Juros de Financiamento	1 698 835	5 157 595

15 - Imobilizações Corpóreas em Regime de Locação Financeira

As imobilizações corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e incluídas no balanço são as seguintes:

Rubrica	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido
Equipamento de Transporte	37 116	14 438	22 678

16 - Investimentos Financeiros

a) A Empresa não procede à consolidação das demonstrações Financeiras, atendendo ao facto de que serão consolidadas na sociedade dominante, EDP-SA.

FIRMA E SEDE	CAPITAL	CAPITAIS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
	DETIDO (%)	PRÓPRIOS	ANO	VALOR
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua Cova da Moura, 2 - 4ª, Lisboa	10	176 063	1996	48 303
SÂVIDA - Medicina Apoiada, S.A. Avenida Casal Ribeiro, 15 - 6ª, Lisboa	10	151 429	1996	121 514
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36, Porto	40	822 018	1996	102 508
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A. Avenida dos Estados Unidos da América, 55 - 2ª, Lisboa	40	833 568	1996	149 135
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	10	577 469	1996	114 724
ENERNOVA - Novas Energias, S.A. Avenida José Malhoa, Lote A, 13, Lisboa	25	160 323	1996	9 815

22 - Valor das Existências que se Encontram Fora da Empresa

Rubricas	1996	1995
Combustíveis para produção de electricidade	2 951 971	3 138 818
Materiais diversos	32 198	66 727
Total	2 984 169	3 205 545

23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

Designação	1996	1995
Clientes de Cobrança Duvidosa	8 702	8 702

25 - Dívidas ao Pessoal

Designação	1996	1995
Valores a receber	20 521	35 188
Valores a pagar	539	

29 - Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

O saldo da conta Accionistas corresponde a empréstimos da EDP, SA (Holding do Grupo) e representa a quota- parte "afecta internamente, em termos de Grupo, à Empresa" da dívida resultante de financiamentos de terceiros globalmente mantida na Holding.

31 - Compromissos Financeiros

Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado são à data do Balanço de 441 425.

32 - Responsabilidades Contingentes

a) A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 2 030 132.

Estas garantias são constituídas quase totalmente por garantias bancárias. Foram prestadas na sua quase totalidade a tribunais, alfândegas e fornecedores. Não existem garantias reais.

b) Atendendo a que na reestruturação da EDP, S.A. e consequente cisão realizada no exercício de 1994, o endividamento financeiro continuou a ser detido pela EDP, S.A., embora os activos que juridicamente o suportavam tivessem sido transferidos para as Empresas "nucleares" então constituídas, tornou-se necessária a emissão por estas de garantias solidárias a favor de entidades credoras de parte da dívida financeira externa.

O valor destas garantias ascende, no final do exercício de 1996 a 249 773 milhares de contos.

34 - Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Para Dívidas de Clientes	8 702			8 702
Para Riscos e Encargos	14 661 598	7 589 445	275 571	21 975 472
Total	14 670 300	7 589 445	275 571	21 984 174

36 - Capital - N.º. de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 246 800 000 acções escriturais nominativas com o valor de 1000\$00 cada uma, encontrando-se totalmente realizado.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido a 100 % pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

40 - Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	246 800 000			246 800 000
Ajust. de Partes de Cap.em Associadas	98 295	14 655	9 638	103 312
Reservas				
Reserva Legal	927 448	673 030		1 600 478
Reservas Livres	246 812 585			246 812 585
Resultados Transitados	1 648 781	13 462 018	12 417 052	2 693 746
Resultado Líquido do Exercício	13 460 519	21 569 033	13 460 519	21 569 033
Total	509 747 628	35 718 735	25 887 210	519 579 154

a) Em conformidade com os Estatutos da Empresa, para a Reserva Legal é obrigatória a dotação com um mínimo de 5 % dos lucros a apropriar. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

b) A Reserva Livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património líquido, transferido para a CPPE-SA no acto da Reestruturação da EDP-SA, não coberto pelo Capital Social.

Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo Capital Social ficou a constituir uma Reserva considerada equivalente, apenas para este efeito, a um "Prémio de Emissão".

c) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo Inicial		1 648 781
Transferência do Resultado de 1995		13 460 519
Por aplicação em:		
Reserva Legal	673 030	
Dividendos	11 210 000	
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	4 634	
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	456 179	12 343 843
Regularizações Diversas		71 711
Saldo Final		2 693 746

41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo		Total
	Combustíveis	Mat. Diversos	
Existências Iniciais	13 511 804	1 735 439	15 247 243
Compras e Produções Internas	37 502 901	719 260	38 222 161
Regularização de Existências	(12 426)	(816 376)	(828 802)
Existências Finais	15 285 597	940 677	16 226 274
Custo do Exercício	35 716 682	697 645	36 414 327

a) O valor da regularização de existências de materiais diversos, corresponde a uma reclassificação contabilística, de peças de reserva em contrapartida de imobilizações corpóreas.



42 - Variação da Produção

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Designação	1996	1995
Existências finais	3 098	36 398
Existências iniciais	36 398	41 867
Variação do exercício	(33 300)	(5 469)

43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais no exercício foram as seguintes:

Órgãos Sociais	1996	1995
Conselho de Administração	28 489	28 893
Conselho Fiscal	1 011	3 718
Mesa da Assembleia Geral	420	790
Total	29 920	33 401

44 - Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados por actividades e por mercados (interno e externo).

Rubricas	1996	1995
a) Vendas		
a.1) De Energia Eléctrica - Mercado Interno		
Em Alta Tensão	193 875 016	201 135 797
Em Média Tensão		
Em Baixa Tensão	730	1 200
	193 875 746	201 136 997
a.2) Outras - Mercado Interno		
Vapor	252 445	271 741
Cinzas	566 743	558 352
Materiais Diversos	23	
	819 211	830 093
b) Prestações de Serviços	69 457	3 546
Total	194 764 414	201 970 636

a) As vendas de energia eléctrica são efectuadas na totalidade para um único cliente (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.) com facturação nos termos dos Contratos de Aquisição de Energia, assinados com aquela Empresa para cada Centro Electroprodutor da CPPE, prevendo um sistema de remuneração misto com parcela fixa correspondendo a pagamento indexado à disponibilidade de potência verificada e parcela variável associada à remuneração dos encargos variáveis de produção de energia.

45 - Resultados Financeiros

Custos e Perdas	1996	1995	Proveitos e Ganhos	1996	1995
Juros suportados	37 326 351	54 011 115	Juros obtidos	642 548	41 412
Perdas em Emp. do Grupo e Associadas		9 169	Ganhos em Emp. do Grupo e Associadas	131 565	135 828
Diferenças de câmbio desfavoráveis	201 589	309 727	Rendimentos de Imóveis	452	2 065
Outros custos e perdas financeiras	8 248	11 435	Rendimentos de Particip. de Capital		13 300
			Diferenças de Câmbio Favoráveis	160 492	679 222
			Desc. de Pronto Pagamento Obtidos	2 470	2 055
			Outros Prov. e Ganhos Financeiros		32
Resultados financeiros	(36 598 661)	(53 467 532)			
Total	937 527	873 914	Total	937 527	873 914

a) A rubrica de Outros Custos e Perdas Financeiras inclui entre outros, encargos com garantias bancárias no montante de 5 410, (em 1995 o montante era de 7 251).

46 - Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	1996	1995	Proveitos e Ganhos	1996	1995
Donativos	35 713	7 143	Restituição de Impostos		
Perdas em Existências	5 178	20 685	Ganhos em Existências	5 407	31 906
Perdas em Imobilizações	10 013	8 750	Ganhos em Imobilizações	13 210	24 430
Multas e Penalidades	65	90	Reduções de Amortizações e Provisões	276 302	264 332
Correcções relat. a Exerc. Anteriores	388 569	592 739	Benefícios e Penalidades Contratuais	15	
Outros custos e perdas Extraordinários	7 613 063	6 614 245	Correcções Relat. a Exerc. Anteriores	41 306	174 452
			Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 315 302	4 033 140
Resultados Extraordinários	(6 401 059)	(2 715 392)			
Total	1 651 542	4 528 260	Total	1 651 542	4 528 260

a) A rubrica de Outros Custos e Perdas Extraordinárias inclui:

Provisão para outros riscos e encargos	6 000 000
Provisão para reformas antecipadas	1 589 445
Outros	23 618
Total	7 613 063

b) A rubrica Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários inclui entre outros o montante de 732 422 relativo ao excesso da estimativa para IRC na quota-parte atribuída à Empresa no exercício de 1995.

c) A rubrica de Correções Relativas a Exercícios Anteriores inclui:

Custos	1996	1995
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	38 758	27 749
Fornecimentos e serviços externos	8 507	42 658
Custos com Pessoal	38 964	23 977
Custos e perdas extraordinárias	260 752	497 572
Outros	41 588	783
Total	388 569	592 739

Proveitos	1996	1995
Fornecimentos e serviços externos	9 700	134 643
Impostos	8	17 875
Custos com Pessoal	22 701	548
Vendas	283	
Proveitos e ganhos extraordinários	8 409	13 016
Outros	205	8 370
Total	41 306	174 452

d) A rubrica Reduções de Amortizações e Provisões, inclui:

Rubricas	1996	1995
Utilização de provisões para reforço extraordinário do Fundo de Pensões		
Utilização de Provisões para futuras reformas antecipadas		
Utilização de provisões para actos médicos	275 571	253 457
Utilização de provisões para clientes de cobrança duvidosa		10 875
Outros	731	
Total	276 302	264 332

48 - Outras Informações

a) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro.

Acréscimos de proveitos

Rubrica	1996	1995
Vendas e Prestação de Serviços a Empresas do Grupo		925 127

Custos diferidos

Rubricas	1996	1995
Reparações e beneficiações de imobilizado	14 156	18 874
Outros custos diferidos	405 017	19 583
Total	419 173	38 457

i) O movimento na rubrica Reparações e Beneficiações de Imobilizado foi o seguinte:

Designação	1996	1995
Saldo inicial	18 874	23 593
Transferência para resultados	4 718	4 719
Saldo final	14 156	18 874

Acréscimos de custos

Rubricas	1996	1995
Férias e subsídios de férias	1 350 549	1 304 581
Outros acréscimos de custos	250 471	4 477
Total	1 601 020	1 309 058

Proveitos diferidos

Rubricas	1996	1995
Subsídios para investimento	13 263 911	13 070 966
Outros proveitos diferidos	270	6 009
Total	13 264 181	13 076 975

i) A rubrica Subsídios para Investimento tem o seguinte movimento no exercício:

Designação	1996	1995
Subs. recebidos da EDP, SA relativos a imobilizações transf. para a empresa	13 070 966	12 096 836
Subsídios recebidos no exercício	756 622	1 534 707
Compensação das amortizações dos imobilizados subsidiados	(563 677)	(560 577)
Saldo final	13 263 911	13 070 966

b) Outros devedores e outros credores - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro.

Outros Devedores	1996	1995
Devedores por fornecimento de outros bens e serviços	1 289 722	2 959 51
EDP/DFN - Sistema Financeiro-Conta Ligação	7 100 742	1 538 063
Cauções Prestadas a Terceiros	1 901 290	1 890 453
Devedores diversos	9 080 185	5 383 648
Total	19 371 939	11 771 675

Outros Credores	1996	1995
Credores por fornecimento de outros bens e serviços	1 835 221	1 110 178
Fornecedores de imobilizado com facturas em recepção e conferência		12 219
Credores Diversos	1 050 038	1 580 559
Total	2 885 259	2 702 956

i) A rubrica devedores diversos, inclui entre outros o montante de 8 854 459 referente a pagamentos por conta do IRC efectuados pela Holding, (em 1995 este valor foi de 5 051 882).

ii) A rubrica credores por fornecimento de outros bens e serviços inclui o montante de 1 390 800 referente a encargos de gestão da Holding (em 1995 este valor foi de 974 241).

c) Provisão para riscos e encargos

Corresponde às seguintes provisões:

Designação	1996	1995
Para reformas antecipadas	4 075 000	2 485 555
Para processos judiciais em curso	6 000 000	6 000 000
Para actos médicos	5 860 472	6 136 043
Para subsidio de morte	40 000	40 000
Para outros encargos	6 000 000	
Saldo final	21 975 472	14 661 598

i) O saldo das provisões para pensões de reforma antecipada e para actos médicos corresponde ao valor das responsabilidades assumidas, calculadas à data da constituição da Empresa e resultaram do processo de reestruturação da EDP, SA. Enquanto as primeiras foram reforçadas em, 1 589 445, as segundas foram utilizadas pelos valores pagos no ano.

ii) O saldo da provisão para processos judiciais em curso refere-se a situações litigiosas existentes com fornecedores que moveram acções contra a Empresa, relacionadas com a construção de Empreendimentos Hidroeléctricos. Embora não exista ainda qualquer conclusão sobre o desfecho dos referidos processos, a Empresa considerou e decidiu constituir esta provisão por uma questão de obediência ao princípio contabilístico de prudência.

iii) O saldo da provisão para outros encargos refere-se a responsabilidades emergentes, evidenciadas no relatório final do grupo de trabalho, constituído com o fim de avaliar os encargos e acerto de contas respeitantes a aproveitamentos de fins múltiplos.

d) Rendas de Centros Electroprodutores

Esta rubrica refere-se a rendas de centros electroprodutores pagas às autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica.

e) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

Rubricas	1996	1995
Consumo de Materiais	1 907	107
Encargos de gestão da Holding		654 212
Encargos Financeiros	1 698 835	5 157 595
Diferenças de Câmbio		
Outros	80 589	129 166
Total	1 781 331	5 941 080

f) A Empresa enquanto produtora de energia eléctrica é obrigada a manter em existências reservas de combustíveis correspondentes a 30 dias de consumo normal. Estima-se que este valor ronde os 3 milhões de contos em 1996.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos valores evidenciados no Balanço:

Saldos devedores	1996	1995
Iva a recuperar		410 589
Imposto sobre rendimentos prediais		186
Total		410 775
Saldos credores	1996	1995
Retenção de impostos sobre o rendimento	157 616	142 620
Iva a pagar	210 216	
Contribuições para a Segurança Social	219 139	202 804
IRC	23 908 244	13 533 565
Restantes impostos	2 560	2 980
Total	24 497 775	13 881 969

A rubrica IRC corresponde ao valor total da estimativa calculada para o exercício de 1996. Tal como está indicado na Nota 48, alínea b) o valor dos pagamentos por conta efectuados pela EDP Holding estão considerados na rubrica Outros Devedores.

h) Inventário das Participações Financeiras

Saldo em 01.01.96				Aumentos			Ajustamentos de	Saldo em 31.12.96			% do	Capital		
Quant.	Valor		Unitário	Valor	Quant.	Unitário	Valor	partes de capital		Quant.	Valor	Valor	Cotação	Capital
	Ajustado	Nominal						em filiais e	Associados		Ajustado	Nominal		
Partes de Capital em Empresas Associadas				806 648 543	0			(1 222 039)	805 426 504			31.12.1996		
ENERNOVA - Novas Energias, S.A.	50 000	802	1 000	40 060 787			2 453 850	50 000	851	1 000	42 534 637	1 000	25	
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A.	320 000	1 159	1 000	370 896 210			(1 085 618)	320 000	1 156	1 000	369 810 592	1 000	40	
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.	258 000	1 534	1 000	365 671 546			(2 590 271)	258 000	1 524	1 000	363 081 275	1 000	40	
Partes de Capital em Outras Empresas				107 805 443	0			11 144 770	118 950 213					
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.	10 000	2 267	1 000	22 673 952			(237 315)	10 000	2 244	1 000	22 436 637	1 000	10	
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A.	11 500	2 033	1 000	23 384 467			3 909 767	11 500	2 373	1 000	27 294 254	1 000	10	
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.	40 000	1 544	1 000	61 747 024			7 472 298	40 000	1 730	1 000	69 219 322	1 000	10	
TOTAL				914 453 986	0			9 922 731	924 376 717					

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Técnico de Contas
Vitor Manuel Nunes do Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Director
Adalberto Fernando da Cunha

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Luís Filipe Lucena Ferreira - Presidente
Jorge Manuel Ribelinho Soares Machado - Vogal
João José Gomes de Aguiar - Vogal

VARIAÇÃO DOS ELEMENTOS DOS FUNDOS CIRCULANTES

Activas		
Aumentos das existências		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Combustíveis p ^a produção de electricidade	1 773 793	1 773 793
Aumento das dívidas de terceiros a curto prazo		
Clientes c/gerais	285 324	
Outros Devedores	7 600 265	7 885 589
Diminuições das dívidas a terceiros a curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	1 032 876	
Accionistas (sócios)	1 070 333	
Fornecedores c/gerais	2 314 815	
Fornecedores de imobilizado	1 264 672	5 682 696
Acréscimos e diferimentos		
Custos diferidos	485	
Proveitos diferidos	5 738	6 223
Aumentos de disponibilidade		
Depósitos à ordem	689 689	689 689
		16 038 000
Diminuição dos Fundos Circulantes		
		0
		16 038 000

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

Origem de fundos		
Internas:		
Resultados líquidos	21 589 033	
Reserva legal	673 030	
Amortizações e reintegrações do exercício	46 237 578	
Variação das provisões	7 313 874	
Correcções de origens de exercícios anteriores	1 044 965	76 838 480
Externas		
Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo		
Partes de capital em empresas associadas	1 222	
Ajustamento partes capital em empresas associadas	5 017	6 239
Diminuição de imobilizações		
Trabalhos da Empresa para ela Própria		
Imobilizações em curso	4 159 749	
Imobilizações corpóreas	17 703	4 177 452
Acréscimos e Diferimentos		
Custos diferidos		
Proveitos diferidos	192 945	192 945
		81 215 116
Diminuição dos Fundos Circulantes		
		0
		81 215 116

Unidade: Milhares de escudos

Passivas		
Diminuições das existências		
Produtos e trabalhos em curso	33 301	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Matérias diversas	794 762	
Adiantamentos por conta de compras	23 609	851 672
Diminuições das dívidas de terceiros a curto prazo		
Clientes c/gerais		
Estado e outros antes públicos	410 775	410 775
Aumento das dívidas a terceiros a curto prazo		
Estado e outros antes públicos	10 615 808	
Outros Devedores	182 303	10 798 109
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de proveitos	925 127	
Acréscimos de custos	291 962	1 217 089
Diminuição de disponibilidade		
Caixa	14	14
		13 277 659
Aumento dos Fundos Circulantes		
		2 780 341
		16 038 000

Unidade: Milhares de escudos

Aplicação de Fundos		
Distribuições		
Por aplicação de resultados	13 460 519	13 460 519
Diminuição das Dívidas a Terceiros a Médio Longo Prazo		
Accionistas (sócios)	45 885 175	
Outros credores	164 532	46 049 707
Aumentos das Imobilizações		
Investimentos financeiros		
Títulos e outras aplicações financeiras	11 145	11 145
Aquisição de Imobilizações		
Imobilizações incorpóreas	185 988	
Imobilizações corpóreas	18 367 194	18 553 182
Acréscimos e Diferimentos		
Custos diferidos	380 222	380 222
		78 454 775
Aumento dos Fundos Circulantes		
		2 780 341
		81 215 116



Apreciação e Certificação de Contas

Introdução

Este documento tem por objetivo estabelecer as normas para a apreciação e certificação das contas dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta e fundacional.

A apreciação e certificação das contas dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta e fundacional é uma atividade essencial para a transparência e a accountability da gestão pública. Este documento estabelece as normas para a apreciação e certificação das contas dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta e fundacional.

DO OBJETO E DO ÂMBITO

1.2. O objeto deste documento é a apreciação e certificação das contas dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados.

1.3. O âmbito de aplicação deste documento é a administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados.

Sumário

1.1. Este documento tem por objetivo estabelecer as normas para a apreciação e certificação das contas dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados.

1.2. O objeto deste documento é a apreciação e certificação das contas dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados.

1.3. O âmbito de aplicação deste documento é a administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados.

1.4. O objetivo deste documento é estabelecer as normas para a apreciação e certificação das contas dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados.

1.5. O âmbito de aplicação deste documento é a administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados.

1.6. O objetivo deste documento é estabelecer as normas para a apreciação e certificação das contas dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados.

Referências

1. Lei nº 13.005, de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio de 2017-2020.

ANEXO I - DO OBJETO E DO ÂMBITO

1.1. Este documento tem por objetivo estabelecer as normas para a apreciação e certificação das contas dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados.

1.2. O âmbito de aplicação deste documento é a administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados.





Certificação Legal das Contas

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1996, a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 1.028.116.592 contos e um total de capital próprio de 519.579.154 contos, incluindo um resultado líquido de 21.569.033 contos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmen-

te relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;
 - a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.
- Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A. em 31 de Dezembro de 1996 e o resultado da suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 27 de Março de 1997

A. GÂNDARA & J. MONTEIRO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

José Manuel Carlos Monteiro



Relatório do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de Sociedade, compete-me emitir o relatório anual sobre a acção fiscalizadora da Sociedade CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A., referente ao exercício de 1996 e dar parecer sobre o relatório, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício e no desempenho das funções que me são cometidas, procedi com resultados satisfatórios e com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

O Revisor Oficial de Contas, acompanhou, de forma conjugada, o trabalho desenvolvido pelos auditores externos, cuja colaboração tem facilitado o exercício das suas funções.

O relatório do Conselho de Administração explana a orientação da política seguida pela Empresa no exercício, bem como a proposta de actuação para o exercício de 1997.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fim do exercício e traduzem a situação financeira da Sociedade.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e conduzem a uma adequada avaliação do património social.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da Sociedade, pelo que formulei o parecer que segue em separado, o qual deverá ser presente ao accionista e publicado, como a lei impõe.

Lisboa, 27 de Março de 1997

O FISCAL ÚNICO

A. Gândara & J. Monteiro
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

José Manuel Carlos Monteiro

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedi à acção fiscalizadora de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e do contrato de sociedade, em resultado da qual sou de parecer que:

(a) Aproveis o Relatório de Gestão e as contas referentes ao exercício de 1996;

(b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Lisboa, 27 de Março de 1997

O FISCAL ÚNICO

A. Gândara & J. Monteiro

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

José Manuel Carlos Monteiro



Parecer dos Auditores ao Conselho de Administração

CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.



Auditámos o Balanço de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A., em 31 de Dezembro de 1996, a Demonstração dos Resultados relativas ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação

dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras atrás mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A. em 31 de Dezembro de 1996, bem como os resultados das suas operações para o exercício findo nessa data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 27 de Março de 1996

ERNST & YOUNG

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas da CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. realizada em 31 de Março de 1997

ACTA NÚMERO OITO

"(...) tendo o representante da EDP,S.A., accionista único da Empresa, em cumprimento do mandato que lhe foi conferido pelo respectivo Conselho de Administração:

'Votar favoravelmente o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de mil novecentos e noventa e seis.'

Passando imediatamente ao ponto Dois da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa voltou a dar a palavra ao representante do accionista que, de acordo com o mandato já referido, ditou para a acta a seguinte declaração:

'Votar favoravelmente a seguinte proposta de aplicação do resultado apresentada pelo Conselho de Administração:

- *Reserva Legal*

1 078 460 000\$00

(mil e setenta e oito milhões quatrocentos e sessenta mil escudos)

- *Dividendos*

16 750 000 000\$00

(dezasseis mil setecentos e cinquenta milhões de escudos)

- *Distribuição de Resultados*

ao Corpos Gerentes

5 000 000\$00

(cinco milhões de escudos)

- *Distribuição de Resultados aos*

Trabalhadores

471 870 000\$00

(quatrocentos e setenta e um milhões e oitocentos e setenta mil escudos)

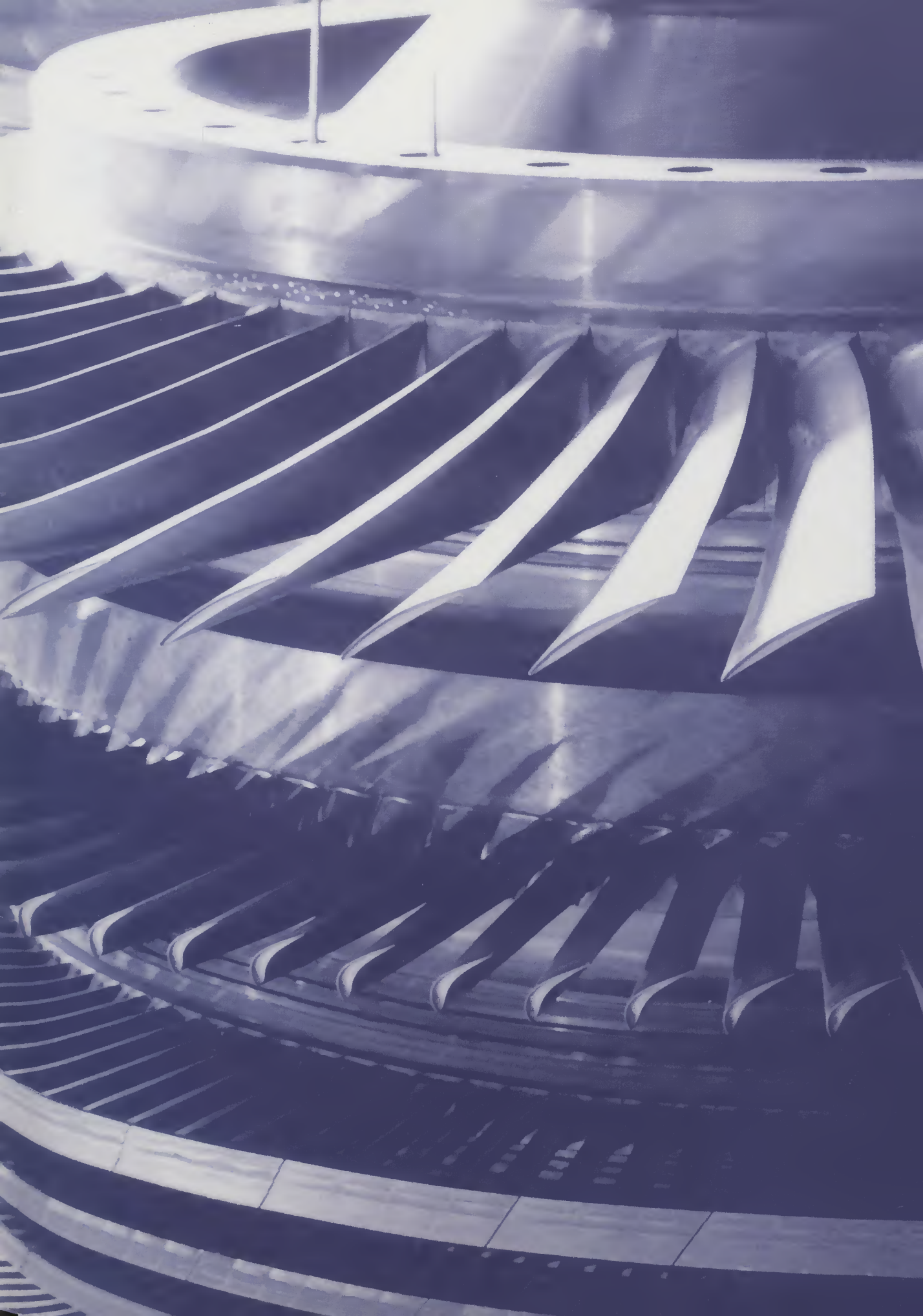
- *Resultados Transitados*

3 263 703 040\$00

(três mil duzentos e sessenta e três milhões setecentos e três mil e quarenta escudos)

(...)"





Edição:
CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.
Departamento de Comunicação
Av. Defensores de Chaves, 4, 1000 Lisboa

Fotografia
Adelino Oliveira / Fototeca CPPE

Paginação
Marca D'água Designers

Impressão
Scarpa Impressores

Tiragem
1 000 exemplares

ISSN 0873 - 1470
Depósito Legal nº 90236/96

Julho de 1997

